

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	147
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	148
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	157
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	158

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	159
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	160

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	372.696.198
Preferenciais	210.536.213
Total	583.232.411
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	202.532
Total	202.532

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	47.011.872	36.930.533	30.421.763
1.01	Ativo Circulante	21.010.945	12.150.194	9.893.205
1.01.01	Disponibilidades	277.980	292.384	119.904
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.976.164	1.311.857	446.337
1.01.02.01	Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.963.141	49.998	25.001
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.023	1.261.859	421.336
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.081.459	629.212	665.140
1.01.04	Relações Interfinanceiras	2.067.842	865.122	159.622
1.01.06	Operações de Crédito	10.910.295	7.450.339	7.267.717
1.01.06.01	Operações com características de concessão de crédito	11.696.861	8.103.203	7.823.684
1.01.06.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-786.566	-652.864	-555.967
1.01.08	Outros Créditos	2.423.455	1.484.337	1.106.510
1.01.08.01	Ativo fiscal corrente	158.359	143.240	30.022
1.01.08.03	Diversas	2.265.096	1.341.097	1.076.488
1.01.09	Outros Valores e Bens	273.750	116.943	127.975
1.01.09.01	Bens não de uso próprio	9.681	12.301	63.839
1.01.09.02	Despesas antecipadas	264.069	104.642	64.136
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.037.509	20.177.135	15.734.422
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.299	7.683	23.426
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.966.290	11.606.564	8.099.328
1.02.05	Operações de Crédito	8.017.739	5.006.320	4.597.125
1.02.05.01	Operações com características de concessão de crédito	8.134.654	5.103.451	4.700.514
1.02.05.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-116.915	-97.131	-103.389
1.02.07	Outros Créditos	3.911.203	3.456.287	2.923.386
1.02.07.01	Ativo fiscal corrente	274.993	263.623	259.886
1.02.07.02	Ativo fiscal diferido	3.236.606	2.831.807	2.273.903
1.02.07.03	Diversas	399.604	360.857	389.597
1.02.08	Outros Valores e Bens	108.978	100.281	91.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.08.01	Despesas antecipadas	108.978	100.281	91.157
1.03	Ativo Permanente	4.963.418	4.603.204	4.794.136
1.03.01	Investimentos	4.577.784	4.292.508	4.544.788
1.03.01.01	Dependências no Exterior	262.356	291.310	265.031
1.03.01.02	Participações em Controladas	4.309.854	3.996.633	4.278.221
1.03.01.04	Outros Investimentos	5.574	4.565	1.536
1.03.02	Imobilizado de Uso	65.944	65.991	66.905
1.03.02.01	Imobilizado de uso	206.583	207.603	201.941
1.03.02.02	Depreciação acumulada	-140.639	-141.612	-135.036
1.03.04	Intangível	319.690	244.705	182.443
1.03.04.01	Outros	540.228	396.411	274.096
1.03.04.02	Amortização acumulada de ativos intangíveis	-220.538	-151.706	-91.653

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	47.011.872	36.930.533	30.421.763
2.01	Passivo Circulante	18.851.714	17.822.184	12.906.864
2.01.01	Depósitos	9.398.876	8.372.193	5.874.329
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	6.318.846	5.949.663	2.299.294
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	616.297	1.849.076	3.197.334
2.01.04	Relações Interfinanceiras	383.049	199.820	185.365
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	18.072	45.964	9.046
2.01.09	Outras Obrigações	2.116.574	1.405.468	1.341.496
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	48.872	64.623	74.421
2.01.09.02	Provisões	216.456	191.457	177.424
2.01.09.03	Obrigações fiscais	4.548	4.924	0
2.01.09.04	Diversas	1.846.698	1.144.464	1.089.651
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	24.220.710	15.245.498	13.386.673
2.02.01	Depósitos	18.531.927	11.855.493	9.711.771
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.303.091	524.300	616.394
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	575.387	516.609	499.767
2.02.09	Outras Obrigações	3.810.305	2.349.096	2.558.741
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	3.489	709	28.621
2.02.09.02	Provisões	792.020	709.413	600.870
2.02.09.03	Obrigações fiscais	209.986	100.698	61.434
2.02.09.04	Diversas	2.804.810	1.538.276	1.867.816
2.05	Patrimônio Líquido	3.939.448	3.862.851	4.128.226
2.05.01	Capital Social Realizado	3.742.571	3.742.571	3.742.571
2.05.02	Reservas de Capital	13.550	9.562	5.680
2.05.02.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	13.550	9.562	5.680
2.05.04	Reservas de Lucro	445.154	433.360	398.817
2.05.04.01	Legal	138.595	127.287	115.191
2.05.04.02	Estatutária	301.127	300.433	291.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	5.432	5.640	-7.903
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-462	-254	-13.797
2.05.04.07.02	Outras	5.894	5.894	5.894
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-261.827	-322.642	-18.842
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-261.827	-322.642	-18.842

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.249.725	4.659.571	4.030.141
3.01.01	Operações de crédito	4.947.575	3.573.920	3.605.544
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.149.152	889.385	312.300
3.01.03	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	152.998	196.266	112.297
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-4.653.748	-2.763.688	-1.889.884
3.02.01	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	447.529	118.003	87.732
3.02.02	Captação no mercado	-4.049.924	-2.052.823	-1.234.291
3.02.03	Operações de empréstimos, cessões e repasses	-65.934	-22.976	-14.038
3.02.04	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-985.419	-805.892	-729.287
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.595.977	1.895.883	2.140.257
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.664.333	-1.853.564	-1.715.759
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	146.462	76.871	56.956
3.04.02	Despesas de Pessoal	-332.141	-273.132	-256.951
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.033.837	-1.033.950	-968.997
3.04.04	Despesas Tributárias	-167.936	-135.464	-135.771
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	541.817	536.771	431.715
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.078.396	-1.167.435	-943.905
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	259.698	142.775	101.194
3.05	Resultado Operacional	-68.356	42.319	424.498
3.06	Resultado Não Operacional	-239	27.909	903
3.06.01	Receitas	2.538	41.411	2.261
3.06.02	Despesas	-2.777	-13.502	-1.358
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-68.595	70.228	425.401
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	359.301	241.937	-27.151
3.08.01	Imposto de renda	-36.513	-19.172	-19.918
3.08.02	Contribuição social	-36.194	-12.847	-13.340
3.08.03	Ativo fiscal diferido	432.008	273.956	6.107
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-64.555	-70.253	-69.206

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.10.01	Participações	-64.555	-70.253	-69.206
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	226.151	241.912	329.044
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,3879	0,4148	0,5597

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	226.151	241.912	329.044
4.02	Outros Resultados Abrangentes	60.815	-303.800	-16.993
4.02.01	Títulos disponíveis para venda - Próprios	57.213	-606.142	-27.168
4.02.02	Títulos disponíveis para venda – De Controladas	108	24	-33
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa	58.546	26.796	-5.358
4.02.04	Efeitos tributários - hedge de fluxo de caixa	-27.843	-12.744	2.663
4.02.05	Efeitos tributários - títulos disponíveis para venda	-27.209	288.266	12.903
4.03	Resultado Abrangente do Período	286.966	-61.888	312.051

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	105.325	167.705	2.062.091
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	698.804	919.594	956.873
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	226.151	241.912	329.044
6.01.01.02	Depreciações	15.667	14.310	27.153
6.01.01.03	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	985.419	805.892	729.287
6.01.01.04	Amortizações	630	23.924	28.392
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-432.008	-273.956	-6.107
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	-259.698	-142.775	-101.194
6.01.01.09	Variação cambial de captações	240	-4.233	-248.472
6.01.01.11	Amortização de ágio	0	96.229	145.041
6.01.01.12	Provisão para contingências	82.063	108.403	14.886
6.01.01.13	Amortizações de outros ativos intangíveis	68.832	60.053	0
6.01.01.14	Efeito das mundaças das taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	7.520	11.031	33.163
6.01.01.15	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	3.988	3.882	5.680
6.01.01.16	Resultado não operacional de equivalencia patrimonial	0	-30.871	0
6.01.01.17	Resultado na Alienação de Bens não destinados a Uso	0	5.793	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-593.479	-751.889	1.105.218
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos interfinanceiros	-584.905	-824.780	-214.660
6.01.02.02	Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários	218.139	-3.775.108	-6.547.260
6.01.02.03	(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	-1.202.720	-37.454	-74.031
6.01.02.04	(Aumento) em operações com características de concessão de crédito	-7.456.794	-2.065.755	-2.751.201
6.01.02.05	(Aumento) em outros créditos	-933.447	-620.266	-122.021
6.01.02.06	(Aumento) em outros valores e bens	-165.504	-3.885	-53.739
6.01.02.07	Aumento depósitos	7.703.117	4.641.586	3.403.867
6.01.02.08	Aumento (Redução) em captações mercado aberto	369.183	3.650.369	2.277.690
6.01.02.09	(Redução) em recursos de aceites e emissões de títulos	-961.128	-1.436.119	3.335.362
6.01.02.10	Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	30.886	53.760	-1.860
6.01.02.11	Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	17.732	-37.710	-30.510

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.12	(Redução) em provisões, obrigações fiscais diferidas e outras obrigações	2.192.468	-305.607	1.866.055
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.734	-5.375	-14.122
6.01.02.14	Aumento em relações interfinanceiras	183.228	14.455	31.648
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-210.437	156.789	-1.630.171
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-19.331	-23.182	-26.683
6.02.02	Alienação de imobilizado de uso	3.711	9.786	2.421
6.02.03	(Redução)Aumento de capital em controlada	50.000	300.000	-1.500.000
6.02.06	Aquisição de participação acionária	-101.000	-7.500	-15.000
6.02.07	Aquisição de intangível	-143.817	-122.315	-90.909
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	203.245	-115.986	-1.137.544
6.03.02	Emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital	506.900	0	0
6.03.03	Liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	0	0	-899.763
6.03.04	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-5.144	-25.774	-107.197
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-298.511	-90.212	-130.584
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-7.519	-11.031	-33.163
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	90.614	197.477	-738.787
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	342.382	144.905	883.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	432.996	342.382	144.905

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	9.562	0	433.360	0	-322.642	3.862.851
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	9.562	0	433.360	0	-322.642	3.862.851
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	226.151	0	226.151
5.05	Destinações	0	0	0	6.858	-226.151	0	-219.293
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-213.000	0	0	-213.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	219.858	-226.151	0	-6.293
5.05.03.01	Constituição de reservas	0	0	0	226.151	-226.151	0	0
5.05.03.03	Ações em tesouraria	0	0	0	-4.965	0	0	-4.965
5.05.03.04	Utilização de reservas	0	0	0	-1.328	0	0	-1.328
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	60.815	60.815
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	60.815	60.815
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	3.988	0	4.936	0	0	8.924
5.09.01	Planos de pagamento baseado em ações	0	3.988	0	4.936	0	0	8.924
5.13	Saldo Final	3.742.571	13.550	0	445.154	0	-261.827	3.939.448

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	241.912	0	241.912
5.05	Destinações	0	0	0	-184.000	0	0	-184.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-184.000	0	0	-184.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	205.000	-241.912	0	-36.912
5.05.03.01	Constituição de reservas	0	0	0	241.912	-241.912	0	0
5.05.03.02	Ações em tesouraria canceladas	0	0	0	-36.912	0	0	-36.912
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06.01	Utilização de Reservas	0	0	0	0	0	0	-5.588
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-303.800	-303.800
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	-303.800	-303.800
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	3.882	0	2.405	0	0	6.287
5.09.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	3.882	0	2.405	0	0	5.680
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	11.138	0	0	11.138
5.13	Saldo Final	3.742.571	9.562	0	433.360	0	-322.642	3.862.851

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	0	0	287.558	0	-1.849	4.028.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	0	0	287.558	0	-1.849	4.028.280
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	329.044	0	329.044
5.05	Destinações	0	0	0	130.644	-329.044	0	-198.400
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-105.000	0	0	-105.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	235.644	-329.044	0	-93.400
5.05.03.01	Constituição de reservas	0	0	0	329.044	-329.044	0	0
5.05.03.02	Ações em tesouraria canceladas	0	0	0	-93.400	0	0	-93.400
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	-5.588	0	0	-5.588
5.06.01	Utilização de Reservas	0	0	0	-5.588	0	0	-5.588
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-16.993	-16.993
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	-16.993	-16.993
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	5.680	0	0	0	0	5.680
5.09.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	5.680	0	0	0	0	5.680
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-13.797	0	0	-13.797
5.13	Saldo Final	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	5.928.446	4.506.706	3.791.786
7.01.01	Intermediação Financeira	6.096.727	4.463.305	3.917.844
7.01.02	Prestação de Serviços	146.462	76.871	56.956
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-985.419	-805.892	-729.287
7.01.04	Outras	670.676	772.422	546.273
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	152.998	196.266	112.297
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	515.139	534.745	431.715
7.01.04.03	Não Operacionais	2.539	41.411	2.261
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-4.722.825	-3.136.707	-2.105.860
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-935.502	-822.336	-753.500
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-111.658	-78.965	-87.187
7.03.02	Serviços de Terceiros	-154.988	-120.656	-120.137
7.03.04	Outros	-668.856	-622.715	-546.176
7.03.04.01	Comunicação	-21.468	-45.550	-38.741
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-152.445	-141.755	-138.530
7.03.04.03	Processamento de dados	-183.191	-150.962	-95.465
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-284.235	-260.639	-245.160
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-22.641	-18.685	-22.334
7.03.04.06	Transporte	-4.876	-5.124	-5.946
7.04	Valor Adicionado Bruto	270.119	547.663	932.426
7.05	Retenções	-85.129	-194.516	-200.586
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-85.129	-194.516	-200.586
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.990	353.147	731.840
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	259.698	142.775	101.194
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	259.698	142.775	101.194
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	444.688	495.922	833.034
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	444.688	495.922	833.034
7.09.01	Pessoal	396.696	343.385	326.157

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.01.01	Remuneração Direta	266.432	232.225	224.775
7.09.01.02	Benefícios	59.878	48.900	45.949
7.09.01.03	F.G.T.S.	70.386	62.260	17.384
7.09.01.04	Outros	0	0	38.049
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-191.365	-106.473	162.922
7.09.02.01	Federais	-199.323	-113.285	157.967
7.09.02.02	Estaduais	521	2.353	240
7.09.02.03	Municipais	7.437	4.459	4.715
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.206	17.098	14.911
7.09.03.01	Aluguéis	13.206	17.098	14.911
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	226.151	241.912	329.044
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	213.000	184.000	105.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.151	57.912	224.044

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	44.588.270	34.250.370	28.166.559
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	620.990	407.617	163.146
1.01.01	Disponibilidades	291.767	357.619	138.145
1.01.02	Aplicações no mercado aberto	329.223	49.998	25.001
1.02	Ativos Financeiros	37.289.815	27.906.673	22.861.270
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	1.722.073	2.034.819	375.049
1.02.01.03	Instrumentos financeiros derivativos	203.775	394.715	324.517
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	1.518.298	1.640.104	50.532
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.309.682	10.125.495	8.437.378
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.309.682	10.125.495	8.437.378
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	33.258.060	15.746.359	14.048.843
1.02.03.01	Aplicação em depósitos interfinanceiros	46.322	38.894	25.206
1.02.03.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.815.864	103.543	3.313
1.02.03.03	Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	61.342	167.517	154.227
1.02.03.04	Operações de crédito e arrendamento mercantil	23.888.978	15.999.893	14.092.783
1.02.03.05	Devedores diversos	1.229.094	875.467	957.125
1.02.03.06	Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)	-2.173.160	-1.591.076	-1.287.585
1.02.03.07	Depósitos compulsórios no Banco Central	1.389.620	152.121	103.774
1.03	Tributos Diferidos	3.441.869	3.349.575	2.656.856
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.912.765	2.862.490	2.286.754
1.03.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	106.829	72.332	58.186
1.03.03	Outros impostos e contribuições a recuperar	422.275	414.753	311.916
1.04	Outros Ativos	1.645.050	1.201.869	1.176.880
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	9.811	12.314	63.840
1.04.03	Outros	1.237.564	823.871	720.510
1.04.05	Depósitos judiciais	397.675	365.684	392.530
1.05	Investimentos	172.142	44.794	600
1.05.04	Outros Investimentos	172.142	44.794	600

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.06	Imobilizado	78.550	82.296	92.106
1.06.01	Imobilizado de Uso	78.550	82.296	92.106
1.07	Intangível	1.339.854	1.257.546	1.215.701
1.07.01	Intangíveis	1.339.854	1.257.546	1.215.701

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	44.588.270	34.250.370	28.166.559
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	52.361	65.332	109.042
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	52.361	65.332	103.042
2.01.02	Outros passivos financeiros	0	0	6.000
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	37.552.337	28.040.991	21.527.471
2.03.01	Depósitos de clientes	24.436.752	17.211.181	12.392.917
2.03.02	Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	2.836.177	1.536.250	1.904.124
2.03.03	Obrigações por empréstimos e repasses	593.459	562.573	768.781
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	1.664.092	1.937.649	3.401.239
2.03.05	Dívidas e letras financeiras subordinadas	670.025	129.486	133.014
2.03.06	Operações compromissadas	6.318.846	5.941.967	2.299.294
2.03.07	Outros passivos financeiros	1.032.986	721.885	628.102
2.04	Provisões	821.444	733.534	619.515
2.05	Passivos Fiscais	205.944	136.361	83.452
2.05.01	Imposto de renda e contribuição social a r e colher	149.876	67.319	22.250
2.05.02	Outros impostos e contribuições a recolher	56.068	69.042	61.202
2.06	Outros Passivos	1.825.317	1.450.252	1.674.651
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	4.130.867	3.823.900	4.152.428
2.08.01	Capital Social Realizado	3.742.572	3.742.572	3.742.572
2.08.02	Reservas de Capital	13.550	9.562	5.680
2.08.02.06	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	13.550	9.562	5.680
2.08.04	Reservas de Lucros	539.484	527.690	493.146
2.08.04.01	Reserva Legal	539.946	527.944	501.049
2.08.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	5.894
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-462	-254	-13.797
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-348.656	-182.847	-110.596
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	152.813	-296.194	7.606
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	31.104	23.117	14.020

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.317.400	4.671.884	4.025.941
3.01.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.317.400	4.671.884	4.025.941
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.699.905	-1.881.423	-1.120.215
3.02.01	Despesas da Intermediação Financeira	-3.699.905	-1.881.423	-1.120.215
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.617.495	2.790.461	2.905.726
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.868.549	-2.849.647	-2.551.171
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	181.494	95.848	108.393
3.04.02	Despesas de Pessoal	-489.133	-418.839	-447.629
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.103.792	-1.001.779	-929.171
3.04.04	Despesas Tributárias	-112.346	-162.000	-163.734
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	747.184	306.553	203.164
3.04.05.01	Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	525.398	37.314	87.633
3.04.05.02	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	184.274	204.142	114.485
3.04.05.03	Outras resultados não operacionais	37.512	65.097	1.046
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-2.115.704	-1.688.437	-1.329.368
3.04.06.01	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	-1.554.191	-1.096.102	-917.728
3.04.06.02	Outras receitas (despesas) operacionais	-561.513	-592.335	-411.640
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	23.748	19.007	7.174
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-251.054	-59.186	354.555
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	316.404	231.347	-44.474
3.06.01	Corrente	-138.319	-68.034	-30.950
3.06.02	Diferido	454.723	299.381	-13.524
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	65.350	172.161	310.081
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	65.350	172.161	310.081
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.342	169.662	313.677
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.008	2.499	-3.596
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,414	1,164	2,134
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,207	0,582	1,067

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01.01	ON	0,1035	0,2909	0,5336
3.99.01.02	PN	0,1035	0,2909	0,5336
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,207	0,582	1,067
3.99.02.01	ON	0,1035	0,2909	0,5336
3.99.02.02	PN	0,1035	0,2909	0,5336

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	65.350	172.161	310.081
4.02	Outros Resultados Abrangentes	449.007	-303.800	-16.993
4.02.01	Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	57.320	-606.118	-27.201
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	58.546	26.796	-5.358
4.02.03	Impostos e contribuições diferidos sobre outros resultados abrangentes – TVM	-27.209	288.266	12.903
4.02.04	Impostos e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	-27.843	-12.744	2.663
4.02.05	Reclassificação de títulos de VJORA para Ao Custo Amortizado	388.193	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	514.357	-131.639	293.088
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	509.349	-134.138	296.684
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.008	2.499	-3.596

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	230.106	507.891	537.782
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.326.485	1.151.424	1.087.996
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	60.342	169.662	313.677
6.01.01.02	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	3.988	3.882	5.680
6.01.01.03	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	1.554.191	1.096.102	917.728
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	-23.748	-19.007	-7.174
6.01.01.05	Depreciações	19.242	17.881	31.618
6.01.01.06	Amortizações	70.901	62.671	27.641
6.01.01.07	Amortizações de outros ativos intangíveis	630	23.924	0
6.01.01.08	Variação cambial de captações	240	-4.233	-248.472
6.01.01.09	Provisões para causas judiciais	87.910	114.019	590
6.01.01.10	Ganho de capital na alienação de investimentos	0	-30.871	0
6.01.01.11	Resultado na alienação de bens não destinados a uso	0	5.735	0
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-454.723	-299.381	13.524
6.01.01.13	Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	7.512	11.040	33.184
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.096.379	-643.533	-550.214
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	-1.237.499	-48.347	-100.849
6.01.02.02	Redução (Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	121.806	-1.589.572	287.246
6.01.02.03	Redução (Aumento) em valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	8.264.820	-2.005.968	-6.338.160
6.01.02.04	(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-17.828.394	-2.745.272	-3.733.197
6.01.02.05	(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	-42.019	-116.983	7.437
6.01.02.06	Redução (Aumento) em impostos e contribuições diferidos	404.451	-276.357	-14.515
6.01.02.07	(Aumento) Redução em ativos não correntes destinados à venda	-7.525	39.672	12.984
6.01.02.08	(Aumento) em outros ativos	-456.148	-82.577	-98.110
6.01.02.09	(Redução) Aumento em depósitos judiciais	-31.991	26.846	-18.203
6.01.02.10	Aumento (Redução) em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	177.969	-99.856	-144.081
6.01.02.11	Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	9.511.106	6.517.753	8.255.808
6.01.02.12	Aumento em imposto de renda e contribuição social corrente	170.132	93.276	34.396

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.13	(Redução) em outros passivos e provisões	-42.538	-315.781	1.334.297
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-100.549	-40.367	-35.267
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-220.453	-145.490	-105.438
6.02.01	Venda de participação acionária	39.860	0	22.400
6.02.02	Aquisição de intangível	-143.817	-122.315	-90.909
6.02.03	Aquisição de participação acionária	-101.000	-15.104	-15.000
6.02.04	Aquisições de imobilizado de uso	-20.299	-27.097	-27.833
6.02.05	Alienação de imobilizado de uso	4.803	19.026	5.904
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	211.232	-106.890	-1.139.043
6.03.01	Aquisição de ações de emissão própria	-5.144	-25.774	-107.197
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-298.511	-90.212	-130.584
6.03.03	Emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital	506.900	0	0
6.03.04	Aumento (Redução) em participação de acionistas não controladores	7.987	9.096	-1.499
6.03.05	Liquidação e pagamentos de principal e juros de dívidas subordinadas	0	0	-899.763
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-7.512	-11.040	-33.184
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	213.373	244.471	-739.883
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	407.617	163.146	903.029
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	620.990	407.617	163.146

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	9.308	527.944	-182.847	-296.194	3.800.783	23.117	3.823.900
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	9.308	527.944	-182.847	-296.194	3.800.783	23.117	3.823.900
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.780	-212.821	0	0	-209.041	2.979	-206.062
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-213.000	0	0	-213.000	0	-213.000
5.04.08	Ações em Tesouraria	0	-4.965	0	0	0	-4.965	0	-4.965
5.04.09	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	8.924	0	0	0	8.924	0	8.924
5.04.10	Movimentação da participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	2.979	2.979
5.04.11	Ganho de capital	0	-179	179	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.342	449.007	509.349	5.008	514.357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.342	0	60.342	5.008	65.350
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	449.007	449.007	0	449.007
5.05.02.06	Reclass de títulos de "Ao VJ por meio de ORA" para "Ao Custo Amortizado"	0	0	0	0	388.193	388.193	0	388.193
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	60.814	60.814	0	60.814
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	224.823	-226.151	0	-1.328	0	-1.328
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	226.151	-226.151	0	0	0	0
5.06.04	Utilização de reservas	0	0	-1.328	0	0	-1.328	0	-1.328
5.07	Saldos Finais	3.742.572	13.088	539.946	-348.656	152.813	4.099.763	31.104	4.130.867

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.425	-220.912	0	0	-203.487	6.598	-196.889
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-25.774	0	0	0	-25.774	0	-25.774
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-184.000	0	0	-184.000	0	-184.000
5.04.08	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	6.287	0	0	0	6.287	0	6.287
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	36.912	-36.912	0	0	0	0	0
5.04.10	Movimentação da participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	6.598	6.598
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.662	-303.800	-134.138	2.499	-131.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.662	0	169.662	2.499	172.161
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-303.800	-303.800	0	-303.800
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-303.800	-303.800	0	-303.800
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	241.913	-241.913	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	241.913	-241.913	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.742.572	9.308	527.944	-182.847	-296.194	3.800.783	23.117	3.823.900

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	0	605.931	-319.273	24.599	4.053.829	15.519	4.069.348
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	0	605.931	-319.273	24.599	4.053.829	15.519	4.069.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-8.117	-93.400	-105.000	0	-206.517	0	-206.517
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.680	0	0	0	5.680	0	5.680
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-107.197	0	0	0	-107.197	0	-107.197
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-105.000	0	-105.000	0	-105.000
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	93.400	-93.400	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	313.677	-16.993	296.684	-3.596	293.088
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	313.677	0	313.677	-3.596	310.081
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.993	-16.993	0	-16.993
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	-16.993	-16.993	0	-16.993
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.588	0	0	-5.588	2.097	-3.491
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	2.097	2.097
5.06.04	Utilização de Reservas	0	0	-5.588	0	0	-5.588	0	-5.588
5.07	Saldos Finais	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	6.055.854	4.260.532	3.651.853
7.01.01	Intermediação Financeira	6.842.798	4.709.198	4.113.574
7.01.02	Prestação de Serviços	181.494	95.848	108.393
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.554.191	-1.096.102	-917.728
7.01.04	Outras	585.753	551.588	347.614
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	184.274	204.142	114.485
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	358.970	266.135	232.083
7.01.04.03	Não operacionais	42.509	81.311	1.046
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-4.625.385	-2.756.107	-1.763.938
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-982.684	-863.967	-840.214
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-116.450	-76.556	-101.760
7.03.02	Serviços de Terceiros	-158.545	-128.695	-139.703
7.03.04	Outros	-707.689	-658.716	-598.751
7.03.04.01	Comunicação	-22.733	-48.144	-45.725
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-159.412	-148.008	-147.967
7.03.04.03	Processamento de dados	-186.689	-156.504	-103.165
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-309.699	-281.213	-270.566
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-23.048	-18.925	-22.585
7.03.04.06	Transporte	-6.108	-5.922	-8.743
7.04	Valor Adicionado Bruto	447.785	640.458	1.047.701
7.05	Retenções	-90.773	-104.476	-59.259
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-90.773	-104.476	-59.259
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	357.012	535.982	988.442
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.748	19.007	7.174
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.748	19.007	7.174
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	380.760	554.989	995.616
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	380.760	554.989	995.616
7.09.01	Pessoal	489.133	418.839	447.629

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.01.01	Remuneração Direta	255.118	204.363	231.267
7.09.01.02	Benefícios	134.129	137.640	145.476
7.09.01.03	F.G.T.S.	99.886	76.836	70.886
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-204.058	-69.347	208.208
7.09.02.01	Federais	-215.683	-80.230	196.052
7.09.02.02	Estaduais	694	2.505	2.879
7.09.02.03	Municipais	10.931	8.378	9.277
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.335	33.336	29.698
7.09.03.01	Aluguéis	30.335	33.336	29.698
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	65.350	172.161	310.081
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.342	169.662	313.677
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.008	2.499	-3.596

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - IFRS

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras em IFRS do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

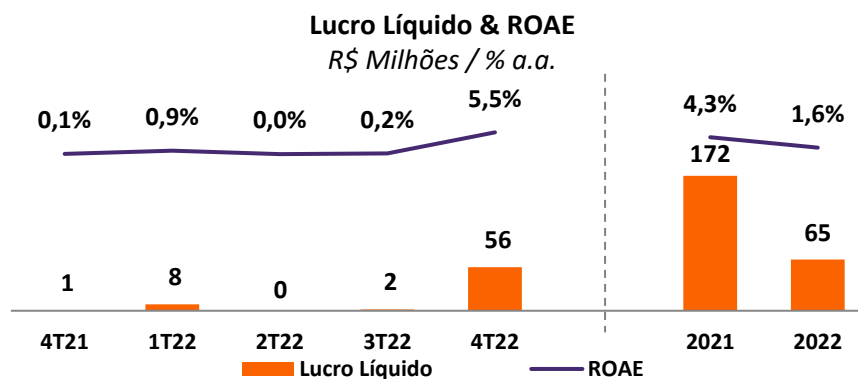
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico e, acima de tudo, humano.

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

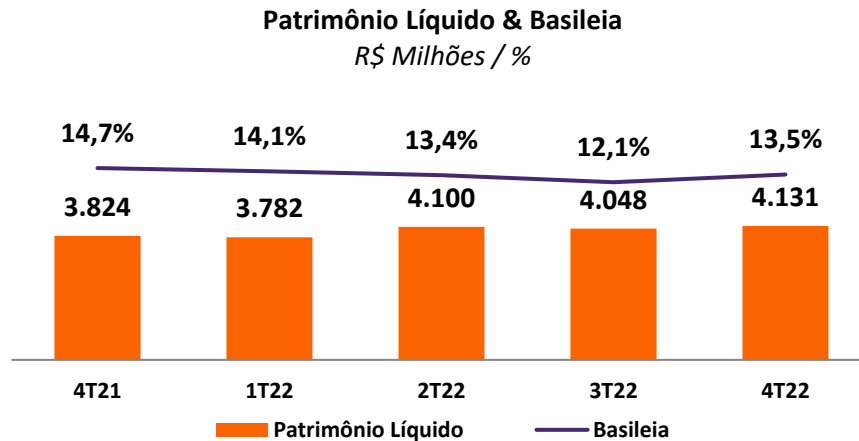
Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Seguridade. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro

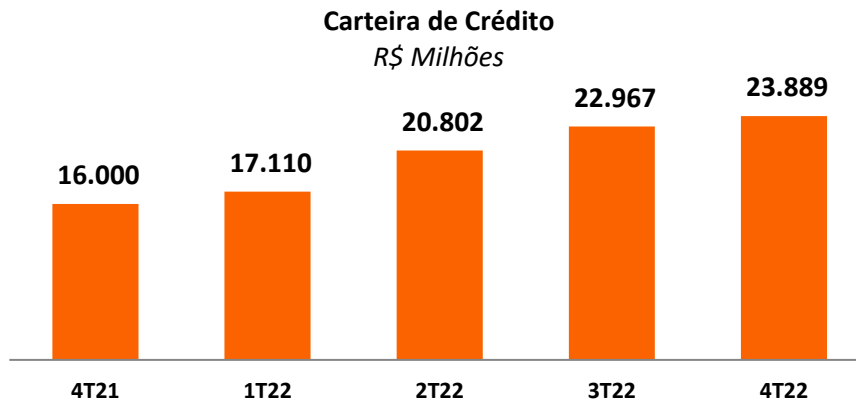
O Lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 65 milhões, comparado a R\$ 172 milhões em igual período de 2021, redução de 62,0%. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 1,6% ao ano no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.



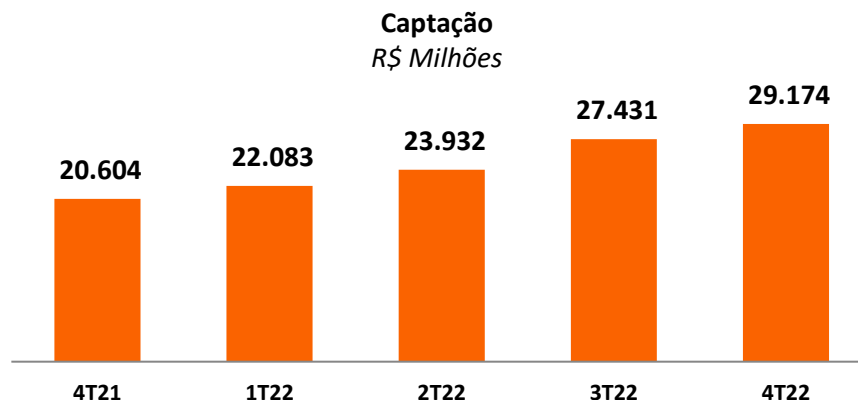
O Patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2022 atingiu o valor de R\$ 4.131 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,5%. O Bmg tem como estratégia maximizar o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo em vista o seu benefício fiscal. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram declarados R\$ 213 milhões em JCP. Adicionalmente, o Banco informou, em fato relevante divulgado em 24 de novembro de 2022, que a partir de 2023, deliberará trimestralmente sobre a declaração e o pagamento de JCP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$23.889 milhões, representando um aumento de 49,3% em comparação ao mesmo período de 2021.



A captação total consolidada encerrou 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$29.174 milhões, representando um aumento de 41,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 82,2% do funding. Seguindo a nossa estratégia de estabelecer o Bmg como emissor recorrente, em abril de 2022 concluímos a nossa 2ª Emissão de Letras Financeiras Públicas no montante de superior a R\$300 milhões; em agosto concluímos a emissão de R\$ 1 bilhão em debêntures com lastro em cartão de crédito consignado INSS, via companhia securitizadora; em novembro concluímos a captação de R\$ 220 milhões em nossa 3ª emissão pública de Letras Financeiras; por fim, em dezembro efetuamos uma emissão privada de R\$ 500 milhões em Debêntures via companhia securitizadora.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em janeiro 2022, após a aprovação do Banco Central, concluímos a aquisição de 50% da AF Controle S.A., holding que detém a participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda). Em junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50 milhões.

Em agosto, anunciamos uma reorganização societária com a criação do nosso braço de seguros, a Bmg Seguridade, tendo como objetivos principais: atender às novas demandas devido à forte expansão dos diferentes canais e clientes do Bmg, consolidar as atividades do ramo securitário, fortalecer a ampliação da Bmg Corretora, e gerar ganhos de escala e redução de custos. Ainda, estabelecemos um acordo de Cosseguro entre a Bmg Seguradora e a Generali, na proporção de 40% e 60%, respectivamente para todos os produtos distribuídos nos canais Bmg e operados pela Generali. Por fim, em novembro anunciamos a nossa intenção de adquirir uma participação societária na QGX, fintech que atua com BaaS (Banking as a Service) fornecendo estrutura digital completa e customizada para a operação de bancos digitais. A operação está pendente de aprovações regulatórias.

Princípios ASG

No Bmg, existe a crença genuína de que só é possível prosperar nos negócios por meio da construção de uma economia próspera, da atuação ética e do desenvolvimento socioambiental. Por isso, o Banco incorporou os princípios de ASG no seu jeito de fazer negócio. Em 2022, demonstrando o caráter estratégico e o compromisso da Diretoria e do Conselho de Administração com o tema, foi criada a Gerência Executiva de ASG e Diversidade, o Comitê de ASG, composto por membros da Diretoria e do Conselho de Administração e criado o plano estratégico 2022 e 2023, com estratégia integrada e totalmente alinhada ao negócio. Entre as ações realizadas em 2022 destacam-se: criação do Instituto para centralizar a estratégia de investimento social do Grupo Bmg, programa de desenvolvimento de carreira para 35 mulheres, programa de estágio focado em inclusão social e diversidade e contratação de pessoas com mais de 50 anos no atendimento online aos clientes, dando oportunidade para esse público ainda marginalizado no mercado de trabalho. Em outubro, o Bmg aderiu ao Pacto Global da ONU, demonstrando, mais uma vez, seu compromisso com as melhores práticas sociais, ambientais e de governança e, principalmente, com a geração de impacto positivo na sociedade. Ter agenda clara e eficiente de ASG totalmente alinhada ao negócio é um dos principais objetivos do Bmg neste e nos próximos anos. o Banco sabe que uma organização forte em ASG é mais eficiente, responsável e sustentável e isso que permite ao Bmg crescer e prosperar no longo prazo.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de tag along de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a vice-presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto exclusivamente por membros independentes, (ii) com outros 4 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BRGAAP

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

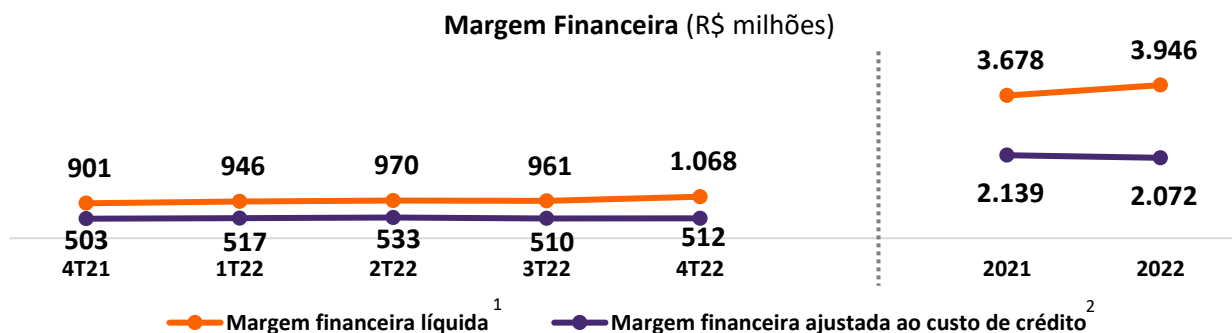
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico e, acima de tudo, humano.

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Seguridade. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro

A margem financeira totalizou R\$ 3.946 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 7,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 4T22, a margem foi de R\$ 1.068 milhões, aumento de 11,1% em relação ao 3T22. Já a margem financeira ajustada ao custo do crédito (despesas de provisão líquida e de comissão) totalizou R\$ 2.072 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 3,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 4T22, a margem ajustada foi de R\$ 512 milhões, aumento de 0,3% em relação ao 3T22. A receita de crédito tem sido o principal propulsor para a margem financeira, devido ao crescimento da carteira de crédito total, principalmente: (i) pelo crescimento do empréstimo consignado que foi impulsionado pela liberação do benefício LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) para elegibilidade aos produtos de consignação, ampliando o público dentro do INSS; (ii) pelo lançamento do cartão consignado de benefício para o INSS que ocorreu nos últimos dias de setembro; e (iii) pela reprecificação da carteira de cartão crédito INSS elegível com o aumento da taxa máxima de juros para 3,06% ao mês ocorrida em jan/22.



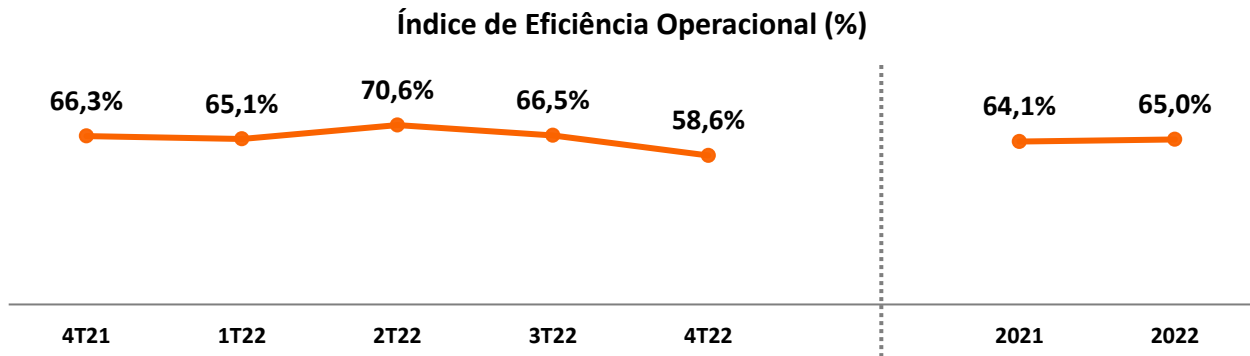
1 - Margem financeira de juros + receitas de prestação de serviços.

2 - Margem financeira de juros após despesa de provisão líquida de recuperação e despesas de comissões de agentes + receitas de prestação de serviços. Com base no resultado recorrente.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o índice de eficiência foi de 65,0%, aumento de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. No 4T22 o índice atingiu 58,6%, redução de 7,9 p.p. em relação ao 3T22. Como parte do processo de modernização para transformação do Banco e implantação da estratégia FIGITAL, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em

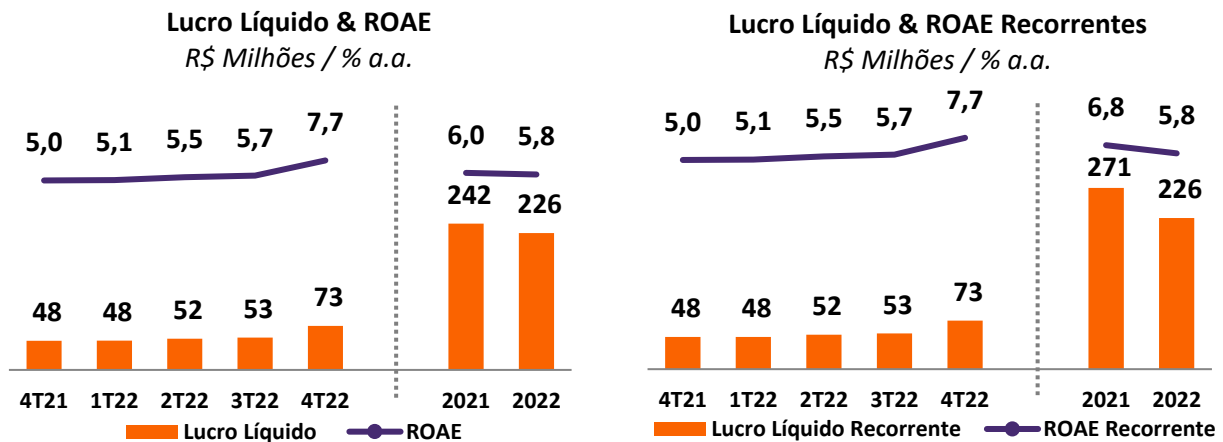
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

digitalização, qualidade e em novos produtos. Com isso, o Banco oxigenou seu quadro de colaboradores e investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.



Metodologia de cálculo: (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas (não considera amortização do ágio) + Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas) / (Resultado da Intermediação financeira antes da PDD + Receitas de Prestação de Serviços + Despesas Tributárias)

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 226 milhões, redução de 6,5% quando comparado a igual período de 2021. No 4T22, o lucro líquido foi de R\$ 73 milhões, aumento de 36,2% em relação ao 3T22. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 5,8% ao ano no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. O Lucro Líquido Recorrente e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Recorrente (ROAE Recorrente) foram iguais aos indicadores contábeis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

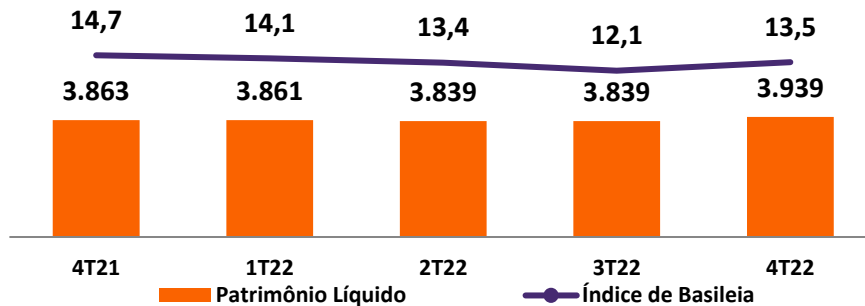


O Patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2022 atingiu o valor de R\$ 3.939 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,5%. O Bmg tem como estratégia maximizar o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo em vista o seu benefício fiscal. No exercício social findo em 31 de dezembro 2022 foram declarados R\$ 213 milhões em JCP. Adicionalmente, o Banco informou, em fato relevante divulgado em 24 de novembro de 2022, que a partir de 2023, deliberará trimestralmente sobre a declaração e o pagamento de JCP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Patrimônio Líquido & Índice de Basileia

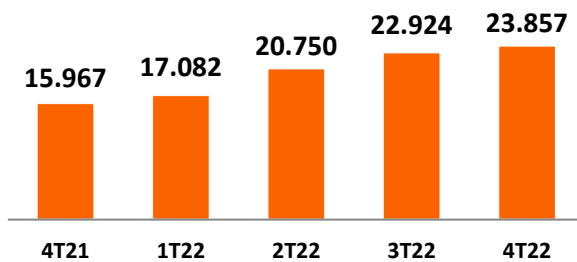
R\$ Milhões / %



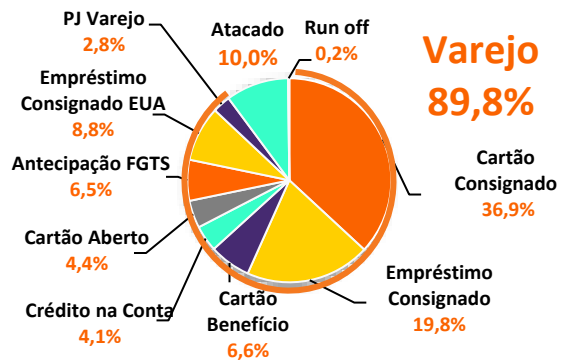
A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$23.857 milhões, representando um aumento de 49,4% em comparação ao mesmo período de 2021. No quarto trimestre de 2022, o crescimento foi impulsionado principalmente pelos produtos de consignação e de crédito pessoal.

Carteira de Crédito

R\$ Milhões

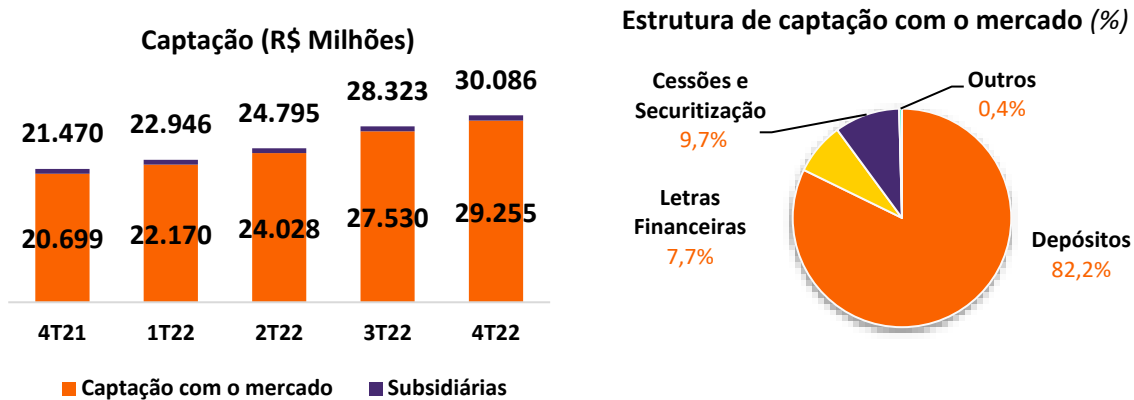


Distribuição da Carteira (%)



A captação total consolidada encerrou o 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$30.086 milhões, representando um aumento de 40,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando apenas a captação com o mercado (não inclui depósitos e letras oriundos das subsidiárias), a captação encerrou 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$29.255 milhões, representando um aumento de 41,3% em comparação a igual período de 2021. Seguindo a nossa estratégia de estabelecer o Bmg como emissor recorrente, em abril de 2022 concluímos a nossa 2ª Emissão de Letras Financeiras Públicas no montante de superior a R\$300 milhões; em agosto concluímos a emissão de R\$ 1 bilhão em debêntures com lastro em cartão de crédito consignado INSS, via companhia securitizadora; em novembro concluímos a captação de R\$ 220 milhões em nossa 3ª emissão pública de Letras Financeiras; por fim, em dezembro efetuamos uma emissão privada de R\$ 500 milhões em Debêntures via companhia securitizadora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R\$1.174 milhões. Em janeiro 2022, após a aprovação do Banco Central, concluímos a aquisição de 50% da AF Controle S.A., *holding* que detém a participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda). Em junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50 milhões.

Em agosto, anunciamos uma reorganização societária com a criação do nosso braço de seguros, a Bmg Seguridade, tendo como objetivos principais: atender às novas demandas devido à forte expansão dos diferentes canais e clientes do Bmg, consolidar as atividades do ramo securitário, fortalecer a ampliação da Bmg Corretora, e gerar ganhos de escala e redução de custos. Ainda, estabelecemos um acordo de Cosseguro entre a Bmg Seguradora e a Generali, na proporção de 40% e 60%, respectivamente para todos os produtos distribuídos nos canais Bmg e operados pela Generali. Por fim, em novembro anunciamos a nossa intenção de adquirir uma participação societária na QGX, fintech que atua com BaaS (Banking as a Service) fornecendo estrutura digital completa e customizada para a operação de bancos digitais. A operação está pendente de aprovações regulatórias.

Princípios ASG

No Bmg, existe a crença genuína de que só é possível prosperar nos negócios por meio da construção de uma economia próspera, da atuação ética e do desenvolvimento socioambiental. Por isso, o Banco incorporou os princípios de ASG no seu jeito de fazer negócio. Em 2022, demonstrando o caráter estratégico e o compromisso da Diretoria e do Conselho de Administração com o tema, foi criada a Gerência Executiva de ASG e Diversidade, o Comitê de ASG, composto por membros da Diretoria e do Conselho de Administração e criado o plano estratégico 2022 e 2023, com estratégia integrada, totalmente alinhada ao negócio. Entre as ações realizadas em 2022 destacam-se: criação do Instituto para centralizar a estratégia de investimento social do Grupo Bmg, programa de desenvolvimento de carreira para 35 mulheres, programa de estágio focado em inclusão social e diversidade e contratação de pessoas com mais de 50 anos no atendimento online aos clientes, dando oportunidade para esse público ainda marginalizado no mercado de trabalho. Em outubro, o Bmg aderiu ao Pacto Global da ONU, demonstrando, mais uma vez, seu compromisso com as melhores práticas sociais, ambientais e de governança e, principalmente, com a geração de impacto positivo na sociedade. Ter agenda clara e eficiente de ASG totalmente alinhada ao negócio é um dos principais objetivos do Bmg neste e nos próximos anos. O Banco sabe que uma organização forte em ASG é mais eficiente, responsável e sustentável e isso que permite ao Bmg crescer e prosperar no longo prazo.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a vice-presidente. Ainda, o Banco conta

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com: (i) Comitê de Auditoria composto exclusivamente por membros independentes, (ii) com outros 4 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Regulação

BACEN Circular nº 3.068/01 – O Bmg possui R\$7.784 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” e declara possuir capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Notas Explicativas

***Demonstrações financeiras individuais em
Bacen GAAP em 31 de dezembro de 2022 e
Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras individuais***

***Os quadros das demonstrações financeiras
individuais, são apresentados com base nas
informações do Banco Bmg (individual)***

Notas Explicativas



1. Contexto operacional

As operações do Banco Bmg S.A. ("Bmg" ou "Banco") são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro Bmg. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Banco Bmg S.A. ("Bmg" ou "Banco"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil., possui atualmente 12,3 milhões de clientes, oferecendo ao varejo: cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito pessoal e seguros massificados via parceria. Adicionalmente, oferece aos clientes de varejo uma gama completa de produtos e serviços em seu banco digital. Aos clientes de atacado oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados, instrumentos derivativos e seguro garantia. Adicionalmente, o Bmg disponibiliza produtos de investimento para ambos os públicos.

Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil, através de ofício de 10 de novembro de 2021, comunicamos mudança do objeto social da Cifra Financeira S.A. para "sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários", adotando como nova denominação BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Conforme Resolução BCB nº 2/20 as demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras individuais, bem com as demonstrações consolidadas do grupo de empresas integrantes do conglomerado financeiro, Banco Bmg S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd., e as controladas do ramo financeiro, BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, Banco Cifra S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Banco BCV S.A. (nota 2.2 t).

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Banco Bmg observa o disposto na Resolução CMN 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, passando a apresentar o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Em março de 2022 as transações de pagamentos adquiridas de instituições financeiras foram contabilmente reclassificadas da rubrica de "Operações com características de concessão de crédito" para "Relações interfinanceiras", para melhor entendimento e comparabilidade entre os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, reclassificamos, gerencialmente, os valores referentes a dezembro de 2021, conforme abaixo:

Conglomerado Financeiro e Banco		
Ativo	De	Para
Operações com características de concessão de crédito	668.046	
Relações interfinanceiras		668.046

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 13/02/2023.

Notas Explicativas



O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Conglomerado, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo.

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 41 (R1) – Resultado por Ação.

Resolução CMN nº 4.967/21 - Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento.

Resolução CMN nº 4.877/20 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Alguns números inclusos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Plano para a implementação Resolução CMN nº 4.966/21

Em atendimento ao disposto no art. 76º da Resolução CMN nº 4.966/21, apresentamos, de forma resumida, o plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta resolução, já aprovado pelo Conselho de Administração durante o ano de 2022.

A frente de trabalho foi estruturada nos principais pilares normativos: (i) Reconhecimento, Classificação, Mensuração e Baixa; (ii) Perda Esperada; (iii) Contabilidade de Hedge; e (iv) Evidenciação.

A execução das atividades está sendo realizada pelo Bmg em etapas conforme descrito a seguir:

- Identificação das principais diferenças de requisitos entre as normas atuais e a Resolução CMN nº 4.966/21;
- Avaliação dos procedimentos, controles e sistemas, identificando as necessidades de adequação;
- Identificação da necessidade de adequação de modelos e parâmetros existentes para cálculo de perdas esperadas; e
- Estabelecimento de planos de implantação detalhados considerando os processos e sistemas.

O Bmg entende que o maior impacto da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 está no efeito da perda esperada associada ao risco de crédito. Entretanto, cabe destacar que, conforme o art. 67 da Resolução CMN 4.966/21, o BACEN poderá divulgar normas adicionais que sejam necessárias à execução da Resolução. Tais normas podem causar impactos relevantes nos planos de ação que foram identificados.

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Bmg e de suas controladas. As operações da subsidiária no exterior, (Nota 11) são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do exercício.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. Adicionalmente, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o Conglomerado divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes, evidenciando a natureza e os efeitos apurados no exercício (Vide nota 28 (c)), considera-se resultados não recorrentes aqueles não relacionados ou relacionados ocasionalmente com as atividades da instituição e que não tenham previsão de frequência futura.

Notas Explicativas



(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Variação do ajuste a valor de mercado”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

A administração determina diretrizes para a classificação de títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular BACEN nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no exercício, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em junho de 2022 o Banco reclassificou “títulos disponíveis para venda” para “títulos mantidos até o vencimento”. Além disso, no caso da transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação. O Banco não realizou transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(iv) A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

Notas Explicativas



As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de *hedge*): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício, no caso de *hedge* de risco de mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

De acordo com a Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013, o Bmg possui procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade, incluindo, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

(g) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, conforme determina o artigo 9º da Resolução BACEN nº 2.682/99.

Conforme definido no Cosif, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do exercício.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira. Adicionalmente, a Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes da aplicação de modelos regulatórios e, conforme sua experiência e condição de crédito de determinados clientes pode definir a constituição de provisão adicional para estes clientes.

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1 de março e 30 de setembro de 2020 em função da pandemia da Covid 19 (Vide nota 28) para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

(h) Cessão de crédito

A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos em que existe retenção substancial dos riscos e benefícios pelo Bmg permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação.

(i) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(j) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em exercícios subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados

Notas Explicativas



e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(k) Investimentos

Os investimentos em controladas, que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentual de participações na Nota 11) nas demonstrações individuais. Os demais investimentos, são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, ajustados ao seu valor recuperável por meio de constituição de provisão conforme normas vigentes.

(l) Imobilizado de uso

Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Conglomerado por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável.

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.

(m) Intangível

São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como *ágio* ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

i. Ágio

O *ágio* é originado no processo de aquisição de controladas. Representa o excesso do custo de aquisição, sobre o valor contábil dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O *ágio* originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Investimentos" nas demonstrações financeiras individuais. Para as investidas que são consolidadas o *ágio* é classificado em "Ativos Intangíveis". Já o *ágio* originado na aquisição de controladas e consolidadas e subsequentemente incorporadas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ágios com base na expectativa de rentabilidade futura foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e amortizados (nota 13), como requerem as normas do Banco Central do Brasil, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida e são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

(n) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Perdas são reconhecidas no resultado do período e caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

(o) Passivos de curto e longo prazo

A segregação entre curto e longo prazo é apresentada em notas explicativas, demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas Explicativas



(p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e, 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

(q) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,2177 (em 31/12/2021 – US\$ 1,00 = R\$5,5805).

(r) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outros tributos vincendos.

Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (vide Nota 18).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (vide Nota 18).

(s) Plano de remuneração - Administradores

O Banco possui um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Conglomerado Bmg, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

Adicionalmente, em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, "Colaboradores") recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis. Em 29 de abril de 2022, a reforma do Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Banco.

(t) Princípios de consolidação - Conglomerado Financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do consolidado do Conglomerado Financeiro e estão sendo apresentadas em consonância ao disposto no art. 77 da Resolução CMN nº 4.966/21. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e

Notas Explicativas



despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas estão apresentados na nota de "Intangível" Nota 13.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., cuja moeda funcional é o real, são originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do BACEN.

(u) Consolidação

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 das empresas que compõem o conglomerado financeiro:

Ativo	Banco Bmg	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	BMG S.A. DTVM	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
								2022	2021
Disponibilidades	277.980	480	2.710	195	868	2.906	3.217	281.922	349.675
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.963.141						1.808.125	155.016	49.998
Instrumentos Financeiros	31.022.105	982.456	1.931.759	729.933	1.210.605	7.560	2.835.375	33.049.043	26.138.250
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.322	982.456		729.933	1.115.426	7.560	2.835.375	46.322	38.894
Títulos e valores mobiliários e derivativos	12.047.749		9.658		29.416			12.086.823	12.262.124
Operações de crédito	18.928.034		1.922.101		65.763			20.915.898	13.837.232
Relações interfinanceiras	2.067.842			5	207			2.068.054	865.334
Outros créditos	6.334.658	42.973	136.972	138.268	272.251	2.256	114.417	6.812.961	5.454.016
Outros valores e bens	382.728	234		70	746	2.089		385.867	217.408
Permanente	4.963.418						3.398.055	1.565.363	1.323.857
Total do Ativo	47.011.872	1.026.143	2.071.441	868.471	1.484.677	14.811	8.159.189	44.318.226	34.398.538

Notas Explicativas



Passivo e patrimônio líquido	Banco Bmg	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	BMG S.A. DTVM	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
								2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros	36.814.857		1.808.865				4.646.895	33.976.827	26.583.437
Depósitos	27.930.803		1.808.865				4.646.895	25.092.773	17.640.189
Captações no mercado aberto	6.318.846							6.318.846	5.941.967
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.919.388							1.919.388	2.373.376
Obrigações por empréstimos e repasses	593.459							593.459	562.573
Instrumentos financeiros derivativos	52.361							52.361	65.332
Relações interfinanceiras	383.049			56	20		2	383.123	199.895
Provisões	1.008.476	23.350	220	384	68	62	2	1.032.558	917.225
Obrigações fiscais	214.534	45.914		27.630	45.950	73		334.101	152.392
Outras obrigações	4.651.508	25.619		18.277	70.231	676	114.235	4.652.076	2.682.650
Patrimônio Líquido administrado pela controladora	3.939.448	931.260	262.356	822.124	1.368.408	14.000	3.398.055	3.939.541	3.862.939
Participação de acionistas não controladores								93	88
Patrimônio Líquido	3.939.448	931.260	262.356	822.124	1.368.408	14.000	3.398.148	3.939.448	3.862.851
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	47.011.872	1.026.143	2.071.441	868.471	1.484.677	14.811	8.159.189	44.318.226	34.398.538

Notas Explicativas



3. Exigibilidade de capital e limites de imobilização

Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização

Conforme Resolução CMN nº 4.958/21 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

De forma a evidenciar o cumprimento dos requerimentos de capital previstos nas regulamentações em vigor, apresentamos abaixo o índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido, que podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2022	2021
Patrimônio de referência nível I	2.700.367	2.624.984
Capital Principal	2.589.477	2.515.851
– Patrimônio líquido (i)	4.165.499	4.067.124
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.576.022)	(1.551.273)
Capital complementar (ii)	110.890	109.133
– Letras financeiras subordinadas	110.890	109.133
Patrimônio de referência nível II (ii)	550.218	20.353
– Letras financeiras subordinadas	550.218	20.353
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	3.250.585	2.645.337
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	24.002.659	18.043.171
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	22.358.233	16.841.914
– Risco de mercado	81.495	102.150
– Risco operacional	1.562.931	1.099.107
Índice de basileia (a / b)	13,54%	14,66%
Capital nível I	11,25%	14,55%
– Capital principal	10,79%	13,94%
– Capital complementar	0,46%	0,61%
Capital nível II	2,29%	0,11%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876/21 do BACEN - Parcela “IRRBB”	186.343	254.055
Índice de imobilização	38,48%	40,98%
Folga de imobilização	374.477	238.573

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e

(ii) Vide nota 17(c)

Notas Explicativas

**4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e saldos em bancos	281.922	349.675	277.980	292.384
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	155.016	49.998	155.016	49.998
Total	436.938	399.673	432.996	342.382

(i) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

O saldo de aplicações interfinanceiras considerado como caixa e equivalentes de caixa está apresentado também na Nota 5.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Posição bancada				
Notas do Tesouro Nacional – NTN	155.016	49.998	155.016	49.998
Aplicações no mercado aberto	155.016	49.998	155.016	49.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.322	38.894	46.322	1.269.542
Aplicações em moedas estrangeiras			1.808.125	
Total	201.338	88.892	2.009.463	1.319.540
Circulante	192.703	81.209	1.976.164	1.311.857
Não circulante	8.635	7.683	33.299	7.683

Notas Explicativas



6. Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Títulos de renda fixa Livres				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	371.634	100.047	345.051	68.516
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	287.050	285.213	287.050	285.213
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	3.103.058	3.396.014	3.103.058	3.396.014
Títulos Privados				
- Ações	22.922		22.916	
- Debêntures	883.311	998.528	883.311	998.528
- Certificado de recebíveis imobiliários	64.335	116.504	64.335	116.504
- Certificado de recebíveis do agronegócio	30.151		30.151	
- Cotas de fundos de investimento	242.858	142.783	242.858	142.783
- Títulos no exterior	9.658			
Vinculados a operações compromissadas				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	629.169	919.699	629.169	927.395
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	589.886	481.394	589.886	481.394
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	4.363.975	4.187.608	4.363.975	4.187.608
Títulos Privados				
- Debêntures	531.697	438.242	531.697	438.242
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	392.419	488.539	389.592	486.026
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	170.773	273.534	170.773	273.534
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	190.152	39.304	190.152	39.304
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)				
Títulos Privados				
- Swap a receber	148.104	288.831	148.104	288.831
- Contratos de Opções	301		301	
- Compras a Termo	55.370	105.884	55.370	105.884
Total	12.086.823	12.262.124	12.047.749	12.235.776
Circulante	3.120.533	2.228.556	3.081.459	2.228.343
Não circulante	8.966.290	10.033.568	8.966.290	10.007.433

(i) Vide informações sobre instrumentos financeiros derivativos na Nota 7.

Notas Explicativas



(b) Os títulos e valores mobiliários apresentam as seguintes classificações e prazos de vencimento:

Conglomerado Financeiro						
Descrição	Valor pela curva Custo amortizado		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Títulos/Vencimentos						
Títulos para negociação	1.491.626	1.664.319	1.518.299	1.599.131	26.673	(65.188)
- NTN						
Até 30 dias	1.471.677	1.664.319	1.495.377	1.599.131	23.700	(65.188)
- Ações						
Indeterminado	19.949		22.922		2.973	
Títulos disponíveis para venda (i)	2.864.815	10.901.384	2.865.085	10.268.278	270	(633.106)
- LFT						
De 31 a 60 dias	66.643	109.022	66.634	109.014	(9)	(8)
De 181 a 360 dias	197.429	172.949	197.592	172.914	163	(35)
Acima de 360 dias	1.130.686	1.232.203	1.128.996	1.226.357	(1.690)	(5.846)
- LTN						
Até 30 dias	1.840	79.370	1.839	79.353	(1)	(17)
Acima de 360 dias	14	1.041.707	14	960.788		(80.919)
- NTN						
Acima de 360 dias		6.578.761		6.023.795		(554.966)
- Debêntures						
De 181 a 360 dias	71.959	21.817	71.967	22.008	8	191
Acima de 360 dias	1.048.586	1.407.673	1.051.041	1.414.762	2.455	7.089
- Títulos no exterior						
Até 30 dias	9.658		9.658			
- Certificado de recebíveis do agronegócio						
Acima de 360 dias	30.521		30.151		(370)	
- Certificado de recebíveis imobiliários						
De 91 a 180 dias	12.253		11.019		(1.234)	
Acima de 360 dias	52.368	115.099	53.316	116.504	948	1.405
- Cotas de fundos de investimentos						
Indeterminado	242.858	142.783	242.858	142.783		
Ajuste ao valor de mercado registrado no patrimônio líquido remanescente de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)			(575.974)		(575.974)	
- LTN						
Até 30 dias			(4.712)		(4.712)	
De 31 a 60 dias			(4.233)		(4.233)	
De 61 a 90 dias			(4.687)		(4.687)	
De 91 a 180 dias			(9.224)		(9.224)	
De 181 a 360 dias			(27.267)		(27.267)	
Acima 360 dias			(14.536)		(14.536)	
- NTN						
Até 30 dias			(22.377)		(22.377)	
De 31 a 60 dias			(20.212)		(20.212)	
De 61 a 90 dias			(22.377)		(22.377)	
De 91 a 180 dias			(41.144)		(41.144)	
De 181 a 360 dias			(99.056)		(99.056)	
Acima 360 dias			(306.149)		(306.149)	
Montante de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)	7.783.638		7.783.638			
- LTN						
Até 30 dias	149.972		149.972			
De 181 a 360 dias	13.872		13.872			
Acima 360 dias	946.671		946.671			
- NTN						
De 91 a 180 dias	1.163.330		1.163.330			
Acima 360 dias	5.509.793		5.509.793			
Títulos mantidos até o vencimento	292.000		292.000			
- Debêntures						
Acima 360 dias	292.000		292.000			
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"			203.775	394.715		
Até 30 dias			16.694	3.459		
De 31 a 60 dias			4.968	40.023		
De 61 a 90 dias			4.613	10.547		
De 91 a 180 dias			139.455	51.808		
De 181 a 360 dias			5.896	140.299		
Acima 360 dias			32.149	148.579		
Total geral	12.432.079	12.565.703	12.086.823	12.262.124	(549.031)	(698.294)
Total contábil			12.086.823	12.262.124	(549.031)	(698.294)
Circulante			3.120.533	2.228.556	(229.689)	(65.057)
Não circulante			8.966.290	10.033.568	(319.342)	(633.237)

Notas Explicativas



Banco

Descrição	Valor pela curva Custo amortizado		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Títulos/Vencimentos						
Títulos para negociação	1.491.620	1.664.319	1.518.293	1.599.131	26.673	(65.188)
- NTN						
Até 30 dias	1.471.677	1.664.319	1.495.377	1.599.131	23.700	(65.188)
- Ações						
Indeterminado	19.943		22.916		2.973	
Títulos disponíveis para venda (i)	2.825.907	10.875.009	2.826.017	10.241.930	110	(633.079)
- LFT						
De 31 a 60 dias	66.643	109.022	66.635	109.014	(8)	(8)
De 181 a 360 dias	168.179	172.736	168.181	172.701	2	(35)
Acima de 360 dias	1.130.686	1.206.041	1.128.996	1.200.222	(1.690)	(5.819)
- LTN						
Até 30 dias		79.370		79.353		(17)
De 91 a 180 dias	1.840		1.839		(1)	
De 181 a 360 dias	14		14			
Acima de 360 dias		1.041.707		960.788		(80.919)
- NTN						
Acima de 360 dias		6.578.761		6.023.795		(554.966)
- Debêntures						
De 181 a 360 dias	71.959	21.817	71.967	22.008	8	191
Acima de 360 dias	1.048.586	1.407.673	1.051.041	1.414.762	2.455	7.089
- Certificado de recebíveis do agronegócio						
Acima de 360 dias	30.521		30.151		(370)	
- Certificado de recebíveis imobiliários						
De 61 a 90 dias	12.253		11.019		(1.234)	
Acima de 360 dias	52.368	115.099	53.316	116.504	948	1.405
- Cotas de fundos de investimentos						
Indeterminado	242.858	142.783	242.858	142.783		
Ajuste ao valor de mercado registrado no patrimônio líquido remanescente de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)			(575.974)		(575.974)	
- LTN						
Até 30 dias			(4.712)		(4.712)	
De 31 a 60 dias			(4.233)		(4.233)	
De 61 a 90 dias			(4.687)		(4.687)	
De 91 a 180 dias			(9.224)		(9.224)	
De 181 a 360 dias			(27.267)		(27.267)	
Acima 360 dias			(14.536)		(14.536)	
- NTN						
Até 30 dias			(22.377)		(22.377)	
De 31 a 60 dias			(20.212)		(20.212)	
De 61 a 90 dias			(22.377)		(22.377)	
De 91 a 180 dias			(41.144)		(41.144)	
De 181 a 360 dias			(99.056)		(99.056)	
Acima 360 dias			(306.149)		(306.149)	
Montante de títulos reclassificados de "disponível para venda" para "mantidos até o vencimento" (i)			7.783.638			
- LTN	7.783.638		7.783.638			
Até 30 dias	149.972		149.972			
De 181 a 360 dias	13.872		13.872			
Acima 360 dias	946.671		946.671			
- NTN						
De 91 a 180 dias	1.163.330		1.163.330			
Acima de 360 dias	5.509.793		5.509.793			
Títulos mantidos até o vencimento	292.000		292.000			
- Debêntures						
Acima 360 dias	292.000		292.000			
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"			203.775	394.715		
Até 30 dias			16.694	3.459		
De 31 a 60 dias			4.968	40.023		
De 61 a 90 dias			4.613	10.547		
De 91 a 180 dias			139.455	51.808		
De 181 a 360 dias			5.896	140.299		
Acima 360 dias			32.149	148.579		
Total geral	12.393.165	12.539.328	12.047.749	12.235.776	(549.191)	(698.267)
Total contábil			12.047.749	12.235.776	(549.191)	(698.267)
Circulante			3.081.459	2.228.343	(229.849)	(65.057)
Não circulante			8.966.290	10.007.433	(319.342)	(633.210)

Para proteger o patrimônio líquido da variação do ajuste a valor de mercado, em junho de 2022 o Banco Bmg reclassificou "títulos disponíveis para venda" para "títulos mantidos até o vencimento", nos termos Circular nº 3.068/01 (nota 2.2 (e)). O ajuste ao valor de mercado registrado no patrimônio líquido na data da reclassificação será realizado em função do prazo remanescente até o vencimento, sem gerar impacto no resultado.

Notas Explicativas



7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swaps*, contratos de futuro e termo) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress".

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Classificação por prazo de vencimento:

Descrição	Conglomerado Financeiro e Banco						Total
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Contratos de Swap, opções e termo							
Posição ativa							
Moeda estrangeira	16.694	4.414	4.613	23.590	5.896	465	55.672
Juros		554		461		674	1.689
Índices				115.404		31.010	146.414
Total – 2022	16.694	4.968	4.613	139.455	5.896	32.149	203.775
Total – 2021	3.459	40.023	10.547	51.808	140.299	148.579	394.715
Contratos de Swap:							
Posição passiva							
Moeda estrangeira	(12.510)	(5.616)	(4.968)	(7.612)	(18.166)	(3.489)	(52.361)
Total – 2022	(12.510)	(5.616)	(4.968)	(7.612)	(18.166)	(3.489)	(52.361)
Total – 2021	(3.098)	(4.170)	(41.448)	(5.624)	(10.283)	(709)	(65.332)

Notas Explicativas



(b) Classificação por indexador e valor de referência:

Conglomerado Financeiro e Banco			
Swap, opções e termo	Valor de referência	Valor pela curva – Custo Amortizável	Valor de mercado
Dólar x Pré	127.649	7.740	13.940
CDI x Dólar	51.740	(15.068)	1.689
IPCA x CDI	474.000	1.988	146.414
Pré x Real	18.058	2.009	4.192
Pré x Dólar	323.274	16.785	37.540
Posição ativa – 2022	994.721	13.454	203.775
Posição ativa – 2021	1.958.370	135.810	394.715
Dólar x CDI	10.000	327	(183)
Dólar x Pré	280.085	(20.342)	(32.706)
Pré x CDI	10.903	774	(333)
Pré x Real	121.053	(146)	(12.310)
Pré x Dólar	62.292	(81)	(6.829)
Posição passiva – 2022	484.333	(19.468)	(52.361)
Posição passiva – 2021	347.052	(30.700)	(65.332)
Exposição – 2022	1.479.054	(6.014)	151.414
Exposição – 2021	2.305.422	105.110	329.383

As transações de *swap* foram marcadas a mercado, considerando as cotações obtidas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Conglomerado Financeiro e Banco			
Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	3.380		
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)	1.249		12.069.209
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)			3.503.434
Futuro de milho (CCM)			40.424
Posição – 2022	4.629		15.613.067
Posição – 2021	62.828	(3.939)	10.795.614

Notas Explicativas**(c) Operações com instrumentos derivativos destinadas a hedge:****(i) Hedge de Fluxo de Caixa**

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$8.055.045 (2021 – R\$1.533.324). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$30.703 (2021 – devedor de R\$14.052), líquido dos efeitos tributários.

A efetividade apurada para a carteira de hedge estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

(ii) Hedge de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de *hedge* de Risco de Mercado, assim como os contratos de swap Dólar x DI designados como instrumento de hedge de Risco de Mercado. Em 31 de dezembro de 2022 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de hedge de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de hedge de Risco de Mercado.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período, no montante de R\$49.936 (2021 – R\$ 52.579).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2022 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$2.500.

A efetividade apurada para a carteira de hedge durante todo o período de utilização dos instrumentos e das estratégias, foi mensurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Notas Explicativas

**8. Operações com características de concessão de crédito****(a) Classificação por produto**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Crédito pessoal	15.717.422	10.561.415	13.625.483	9.097.398
CDC – veículos	74	78	74	78
Carteira comercial	2.265.346	1.646.681	2.199.253	1.634.015
Operações de crédito cedidas (i)	4.006.705	2.475.163	4.006.705	2.475.163
Financiamento à Importação	23.870			
Total - operações de crédito	22.013.417	14.683.337	19.831.515	13.206.654
Transações de pagamento	652.968	668.046	652.968	668.046
Carteira de câmbio	86.456	47.127	86.456	47.127
Compras a faturar - Cartões de crédito	1.103.666	568.853	1.103.666	568.853
Total – outros	1.843.090	1.284.026	1.843.090	1.284.026
Total - carteira de crédito	23.856.507	15.967.363	21.674.605	14.490.680
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.097.519)	(846.105)	(903.481)	(749.995)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – outros créditos	(4.647)	(4.507)	(4.647)	(4.507)
Total	22.754.341	15.116.751	20.766.477	13.736.178
Circulante	13.012.952	8.878.328	12.741.114	8.726.558
Não circulante	9.741.389	6.238.423	8.025.363	5.009.620

(i) Créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios conforme Resolução nº 3.533/08.

(b) Classificação por setor de atividade

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Setor privado:				
Indústria	380.799	145.778	380.799	145.778
Comércio	125.795	108.751	125.795	108.751
Intermediários financeiros	998.028	809.715	998.028	809.715
Serviços	1.165.206	961.586	1.141.337	961.586
Esportes e recreação	319.619	290.486	253.526	290.486
Habitação	2.035	660	2.035	660
Rural	3	12.666	3	
Pessoas físicas	20.865.022	13.637.721	18.773.082	12.173.704
Total	23.856.507	15.967.363	21.674.605	14.490.680

Notas Explicativas

**(c) Cessões de crédito**

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de créditos, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito ou pela aquisição de cotas subordinadas dos fundos cessionários. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado conforme prazo remanescente das operações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco realizou operações de cessão de créditos classificadas na categoria de "com retenção substancial de riscos e benefícios", no valor de R\$1.800.000, permanecendo com o total da carteira cedida no montante de R\$4.006.705. No que tange as cessões classificadas na categoria "sem retenção substancial de riscos e benefícios" o Banco realizou operações que totalizam R\$42.588, resultando no montante de carteira cedida nesta modalidade de R\$47.194.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas, em 31 de dezembro de 2022, são como seguem abaixo:

Conglomerado Financeiro e Banco		
Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08	Operações Cedidas	Obrigações assumidas (Nota 17b)
Crédito pessoal consignado:		
Com coobrigação – Valor Presente	4.006.705	2.834.484
Saldo de operações liquidadas a repassar		665
Total – 2022	4.006.705	2.835.149
Total – 2021	2.475.163	1.535.321

(d) Composição da carteira de crédito por vencimentos:

Conglomerado Financeiro				
Vencimento/Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	7.210.987	3	511.996	7.722.986
A vencer de 31 a 60 dias	762.775	3	206.431	969.209
A vencer de 61 a 90 dias	420.830	3	187.237	608.070
A vencer de 91 a 180 dias	1.160.207	7	160.796	1.321.010
A vencer de 181 a 360 dias	1.694.652	14	294.720	1.989.386
A vencer após 360 dias	8.255.138	24	1.611.092	9.866.254
Total a vencer	19.504.589	54	2.972.272	22.476.915
Vencidas até 14 dias	42.392	1	26.476	68.869
Vencidas de 15 a 30 dias	116.975	1	5.166	122.142
Vencidas de 31 a 60 dias	152.198	2	4.365	156.565
Vencidas de 61 a 90 dias	153.714	3	2.500	156.217
Vencidas de 91 a 180 dias	385.459	7	6.732	392.198
Vencidas de 181 a 360 dias	472.466	6	11.129	483.601
Total vencidas	1.323.204	20	56.368	1.379.592
Total da carteira – 2022	20.827.793	74	3.028.640	23.856.507
Total da carteira – 2021	13.605.431	78	2.361.854	15.967.363

Notas Explicativas



Vencimento/Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Banco	
			Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	7.210.872	3	488.126	7.699.001
A vencer de 31 a 60 dias	762.480	3	206.431	968.914
A vencer de 61 a 90 dias	419.939	3	147.158	567.100
A vencer de 91 a 180 dias	1.154.896	7	160.796	1.315.699
A vencer de 181 a 360 dias	1.661.656	14	289.061	1.950.731
A vencer após 360 dias	6.551.441	24	1.590.737	8.142.202
Total a vencer	17.761.284	54	2.882.309	20.643.647
Vencidas até 14 dias	42.392	1	26.476	68.869
Vencidas de 15 a 30 dias	89.409	1	5.166	94.576
Vencidas de 31 a 60 dias	108.792	2	4.365	113.159
Vencidas de 61 a 90 dias	114.906	3	2.500	117.409
Vencidas de 91 a 180 dias	274.262	7	6.732	281.001
Vencidas de 181 a 360 dias	344.809	6	11.129	355.944
Total vencidas	974.570	20	56.368	1.030.958
Total da carteira – 2022	18.735.854	74	2.938.677	21.674.605
Total da carteira – 2021	12.141.414	78	2.349.188	14.490.680

(e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução nº 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado Financeiro

2022				2021	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA		629.737		668.046	
A	0,50	21.045.878	105.228	13.878.324	69.392
B	1,00	351.820	3.518	172.181	1.722
C	3,00	324.284	9.729	228.723	6.861
D	10,00	296.128	35.269	99.910	9.991
E	30,00	186.844	56.053	116.025	34.807
F	50,00	174.527	90.264	112.013	56.007
G	70,00	150.614	105.430	67.698	47.389
H	100,00	696.675	696.675	624.443	624.443
Total		23.856.507	1.102.166	15.967.363	850.612

Notas Explicativas



(ii) Banco

Nível	%	Carteira	2022	2021
			Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA		629.737		668.046
A	0,50	19.239.445	96.199	12.582.683
B	1,00	297.419	2.974	152.705
C	3,00	280.878	8.426	203.932
D	10,00	257.320	31.388	79.912
E	30,00	137.478	41.243	89.036
F	50,00	142.189	74.095	97.076
G	70,00	121.121	84.785	55.285
H	100,00	569.018	569.018	562.005
Total		21.674.605	908.128	14.490.680
				754.502

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixadas a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como seguem:

	Conglomerado Financeiro		Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Saldo no início do semestre/exercício	850.612	719.869	755.449	754.502	662.668
	1.229.92				
Constituição de provisão	2	923.409	554.910	985.419	805.892
(Reversão/baixa de provisão)	(978.368)	(792.666)	(402.231)	(831.793)	(714.058)
	1.102.16				
Saldo no fim do semestre/exercício	6	850.612	908.128	908.128	754.502
Créditos recuperados	(184.067)	(204.142)	(75.152)	(152.998)	(196.266)
	1.045.85				
Efeito no resultado (i)	5	719.267	479.758	832.421	609.626

(i) Refere-se ao valor líquido de constituição de provisão e créditos recuperados.

Notas Explicativas

**9. Outros créditos e relações interfinanceiras****(a) Outros créditos**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Ativos fiscais diferidos (i)	3.586.349	3.210.173	3.236.606	2.831.807
Ativos fiscais correntes (ii)	489.904	462.034	433.352	406.863
Carteira de câmbio (Nota 8 (a))	86.456	47.127	86.456	47.127
Variação cambial sobre adiantamento de câmbio	8.856	1.945	8.856	1.945
Devedores por depósitos em garantia (iii)	396.630	364.132	392.056	357.582
Devedores diversos – País	485.833	253.314	344.020	150.153
Baixas sem financeiro (iv)	570.683	485.838	570.683	485.838
(-) Provisões aos valores não recuperáveis (iv)	(26.364)	(46.461)	(26.364)	(46.461)
Valores a receber sociedades ligadas			236	1.992
Compras a faturar - Cartões de crédito (Nota 8(a))	1.103.666	568.853	1.103.666	568.853
(-) Provisões outros créditos liquidação duvidosa (Nota 8 (a))	(4.647)	(4.507)	(4.647)	(4.507)
Outros	115.595	111.568	189.738	139.432
Total	6.812.961	5.454.016	6.334.658	4.940.624
Circulante	2.525.083	1.590.826	2.423.455	1.484.337
Não circulante	4.287.878	3.863.190	3.911.203	3.456.287

(i) Os ativos fiscais diferidos referem-se à créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota 25(a).

(ii) O saldo de ativos fiscais correntes refere-se a tributos a compensar e compreende substancialmente crédito de COFINS no valor de R\$289.647 (2021 - R\$277.804) no Conglomerado Financeiro e R\$ 274.993 (2021 - R\$263.623) no Banco, em função do trânsito em julgado em 06/04/2009 da Ação Rescisória visando o reconhecimento do seu direito ao recolhimento da COFINS apenas sobre as receitas de serviços, na forma da Lei Complementar 70/91, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3º, §1º da Lei 9.718/98, declarada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 357.950 e recuperação de IR/CSLL referente a decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário no valor de R\$113.839 (2021 - R\$108.677).

(iii) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e civil (vide Nota 18).

(iv) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

(b) Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras são compostas por R\$652.968 (2021 – R\$668.046) de transações de pagamentos adquiridas de instituições de pagamentos (nota 8(a)), R\$1.389.144 (2021 – R\$151.569) de depósitos no Banco Central e R\$25.942 (2021 – R\$45.719) de outros valores no Conglomerado Financeiro e R\$652.968 (2021 – R\$668.046) de transações de pagamentos adquiridas de instituições de pagamentos (nota 8(a)), R\$1.388.942 (2021 – R\$151.366) de depósitos no Banco Central e R\$25.932 (2021 – R\$45.710) de outros valores no Banco.

Notas Explicativas



10. Outros valores e bens

(a) Bens não de uso próprio

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (i)	11.371	13.933	11.207	13.819
Provisões para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	(1.561)	(1.624)	(1.561)	(1.624)
Material em estoque	35	106	35	106
Total – Circulante	9.845	12.415	9.681	12.301

(i) Referem-se principalmente a imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(b) Despesas antecipadas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Comissões – País (i)	232.842	179.308	232.842	179.308
Outros	143.180	25.685	140.205	25.615
Total	376.022	204.993	373.047	204.923
Circulante	267.044	104.712	264.069	104.642
Não circulante	108.978	100.281	108.978	100.281

(i) Referem-se principalmente a comissão referente a captações.

11. Investimentos

Participações em controladas e coligadas

								Conglomerado Financeiro	
								2022	2021
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do 2º semestre	Resultado de equivalência do 2º semestre	Lucro (Prejuízo) do exercício	Resultado de equivalência do exercício	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo não financeiro)									
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	16.933	2.311	1.849	2.710	2.168	13.546	11.379
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	958.491.000	99,99%	928.111	50.438	50.433	88.830	88.821	928.018	889.193
Bmg Soluções Eletrônicas S.A.	7.006.483	99,38%	2.024	26	25	46	45	2.012	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	92,99%	75.689	6.492	6.037	9.796	9.110	70.383	61.273
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	22.704	205	205	(671)	(671)	22.699	23.370
AF Controle S.A.	599.126	50,00%	133.141	16.184	8.047	21.646	10.823	117.490	
BMG Seguridade	16.000	100,00%	17.911	1.911	1.911	1.911	1.911	17.911	
Granito Instituição de Pagamento S.A.	8.568.767	45,00%	4.430	(39.910)	(5.437)	(61.881)	(17.384)	1.993	20.704
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.								3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.								(2.988)	(2.370)
Total				63.070			94.823	1.174.155	1.008.596

Notas Explicativas



								Banco	
								2022	2021
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do 2º semestre	Resultado de equivalência a do 2º semestre	Lucro (Prejuízo) do exercício	Resultado de equivalência e variação cambial do exercício	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo financeiro)									
BMG Bank (Cayman) Ltd.	2.417	100,00%	262.356	(8.583)	(8.957)	(9.813)	(28.954)	262.356	291.310
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	547.997.118	99,99%	931.260	33.309	33.307	64.623	64.615	931.167	881.897
Banco Cifra S.A.	16.364	100,00%	822.125	26.356	26.356	48.418	48.418	822.125	785.206
Banco BCV S.A.	8.196	100,00%	1.368.407	44.115	44.115	80.480	80.480	1.368.407	1.306.934
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	279.000	100,00%	14.000	182	182	316	316	14.000	14.000
(ii) Diretas (Ramo não financeiro)									
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	16.933	2.311	1.849	2.710	2.168	13.546	11.379
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	958.491.000	99,99%	928.111	50.438	50.433	88.830	88.821	928.018	889.193
Bmg Soluções Eletrônicas S.A.	7.006.483	99,38%	2.024	26	25	46	45	2.012	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	92,99%	75.689	6.492	6.037	9.796	9.110	70.383	61.273
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	22.704	205	205	(671)	(671)	22.699	23.370
AF Controle S.A.	599.126	50,00%	133.141	16.184	8.047	21.646	10.823	117.490	
BMG Seguridade Granito Instituição de Pagamento S.A.	16.000	100,00%	17.911	1.911	1.911	1.911	1.911	17.911	
	8.568.767	45,00%	4.430	(39.910)	(5.437)	(61.881)	(17.384)	1.993	20.704
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.								3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.								(2.988)	(2.370)
Total					158.073		259.698	4.572.210	4.287.943

Em 05 de março de 2021, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e Outras Avenças, celebrado pelo Banco Bmg, Banco Inter e Sócios Pessoas Físicas, com a interveniência e anuência da BMG Granito Soluções em Pagamento, estabelecido no memorando de entendimentos vinculante celebrado em 17 de novembro de 2020. A Operação se deu pela aquisição de 713.606 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo Bmg dos Sócios Pessoas Físicas, pelo preço total de R\$ 7,5 milhões e, conjuntamente com a subscrição e integralização, pelo Inter, de 8.568.767 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo preço de emissão total de R\$90. Como resultado da subscrição e integralização do Inter, o Banco Bmg registrou um resultado não operacional de equivalência patrimonial de R\$30.871 no período findo em 31 de março de 2021, bem como baixa total do ágio no montante de R\$22.985 (nota 22 (b)). Com o fechamento da Operação, o Banco e o Banco Inter passaram a deter, cada um, 45% do capital social da Granito e os Sócios Pessoas Físicas, em conjunto, passaram a deter os 10% remanescentes do capital social.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimentos de participação acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding ("AF Controle S.A."). O montante aproximado envolvido na operação foi de R\$150.000, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000. Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, foi concluída a operação prevista no Acordo de Investimentos para aquisição acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda. (respectivamente, "Sociedades" e "Operação"). Com a conclusão da Operação, o Bmg adquiriu 50% do capital social da AF Controle S.A., holding que detém a participação societária nas Sociedades. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2022.

Notas Explicativas



Em 30 de agosto de 2021 e 29 de outubro de 2021 foram efetivadas reduções de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. nos montantes de R\$100.000 e R\$200.000, respectivamente.

Conforme Comunicado ao Mercado no dia 20 de outubro de 2021, a CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros. Em julho de 2022, após homologação pelo Banco Central do Brasil, o BMG passou a deter, por meio da CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., 21,99% do capital social votante da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda..

Em 06 de maio de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da FRP Ieger Software Ltda. ("iCertus"), um software de gestão (ERP) para micro, pequenas e médias empresas. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

Em 20 de junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50.000.

Em 30 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação da holding denominada "Bmg Seguradoras Ltda." A aquisição da totalidade das ações de emissão da MG Seguros, Vida e Previdência S.A. ("MG Seguros"), foi realizada pela Bmg Participações em Negócios Ltda, subsidiária do Bmg e pela Phoenix One Participações S.A., veículo de investimento detido pela Integra Participações S.A. O valor da negociação é de R\$18.000, na proporção de 60% Bmg Participações em Negócios e 40% pela Phoenix.

Em 25 de novembro de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e Raro Recrutamento em TI Ltda. celebraram um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da QGX Instituição de Pagamentos S.A. ("QGX") ("Operação"). A QGX é uma fintech que atua com BaaS (Banking as a Service) fornecendo estrutura digital completa e customizada para a operação de bancos digitais, além de realizar a intermediação e agenciamento de serviços e negócios relacionados ao Mercado Financeiro.

Notas Explicativas



12. Imobilizado de uso

						Conglomerado Financeiro e Banco				
						Movimentações				
		2022		2021						
	Ta xa Anu al (%)	Custo	(Deprecia ção acumula da)	Valor líquido	Valor líquido	Saldo Residual em 31.12.2021	Aquisi ções	(Baixas)	(Despesa de Deprecia ção)	Saldo Residual em 31/12/20 22
Imóveis de uso		16.687	(12.976)	3.711	3.711	3.711				3.711
Terrenos		3.711		3.711	3.711	3.711				3.711
Edificações	4	12.976	(12.976)							
Outras imobilizações de uso		189.896	(127.663)	62.233	62.280	62.280	19.331	(3.711)	(15.667)	62.233
Instalações	10	110.245	(77.258)	32.987	29.978	29.978	11.329	(2.816)	(5.504)	32.987
Móveis e equipamentos de uso	10	9.909	(4.958)	4.951	5.137	5.137	1.000	(188)	(998)	4.951
Sistema de comunicação	10	2.830	(826)	2.004	1.450	1.450	914	(180)	(180)	2.004
Sistema de processamento de dados	20	59.280	(41.202)	18.078	22.446	22.446	3.304	(27)	(7.645)	18.078
Sistema de transporte	20	7.632	(3.419)	4.213	3.269	3.269	2.784	(500)	(1.340)	4.213
Imobilizado de uso		206.583	(140.639)	65.944	65.991	65.991	19.331	(3.711)	(15.667)	65.944

Notas Explicativas

**13. Intangível****(a) Composição dos ativos intangíveis**

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Intangíveis (i)	540.228	396.411
Amortização acumulada	(220.538)	(151.706)
Total	319.690	244.705

(i) Referem-se a licenças de uso e outros intangíveis, amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

O Conglomerado avalia anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor recuperável do ágio, visando obter a melhor estimativa da Administração sobre seus fluxos de caixa futuros. Conforme estudo realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O prazo de amortização do ágio foi de 10 anos, cujo amortização se encerrou em agosto de 2021.

O cálculo do valor recuperável do ágio utiliza projeções de fluxo de caixa com premissas em um horizonte de longo prazo, considerando condições de mercado e fatores como taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidades sensibilizadas de 3% a 5%. As projeções de fluxo de caixa, tem como base o orçamento de 10 anos, aprovado pela Administração.

(b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Saldo inicial	244.705	182.443
Aquisição de ativos intangíveis	143.817	122.315
(Amortizações de ativos intangíveis)	(68.832)	(60.053)
Total	319.690	244.705

Notas Explicativas

**14. Depósito e Captações no mercado aberto - carteira própria****(a) Depósitos interfinanceiros e a prazo**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
<u>Depósitos à vista</u>	448.684	253.137	451.338	255.585
<u>Depósitos interfinanceiros</u>				
Pós-fixados	388.928	77.605	3.224.304	2.662.654
<u>Depósitos a prazo</u>				
Prefixados	8.899.944	6.197.566	8.899.944	6.197.566
Pós-fixados (i)	15.355.217	11.111.881	15.355.217	11.111.881
Total	25.092.773	17.640.189	27.930.803	20.227.686
Circulante	6.560.846	5.784.696	9.398.876	8.372.193
Não circulante	18.531.927	11.855.493	18.531.927	11.855.493

(i) Do montante R\$11.111.881 (Conglomerado Financeiro e Banco) de Depósitos a prazo pós-fixados em dezembro de 2021, R\$1.614.725 correspondem a captações efetuadas mediante a emissão de DPGE, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.785, de 23/03/2020, do CMN.

(b) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

			Conglomerado Financeiro			
Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo(i)		Total		
2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Até 30 dias	327.940	5.688	670.352	1.239.801	998.292	1.245.489
De 31 a 60 dias		2.575	212.573	189.784	212.573	192.359
De 61 a 90 dias	3.286	20.370	378.502	335.759	381.788	356.129
De 91 a 180 dias	6.066	3.085	1.650.166	1.381.230	1.656.232	1.384.315
De 181 a 360 dias	51.636	38.340	2.811.641	2.314.927	2.863.277	2.353.267
Após 360 dias (i)		7.547	18.531.927	11.847.946	18.531.927	11.855.493
Total	388.928	77.605	24.255.161	17.309.447	24.644.089	17.387.052
Circulante	388.928	70.058	5.723.234	5.461.501	6.112.162	5.531.559
Não circulante		7.547	18.531.927	11.847.946	18.531.927	11.855.493

(i) Do montante de R\$18.531.927 (2021 – R\$11.847.946) de Depósitos a prazo apresentados no vencimento “Após 360 dias”, R\$15.330.230 (2021 – R\$7.609.715) vencem entre 1 e 3 anos, R\$2.839.185 (2021 – R\$3.096.756) entre 3 e 5 anos e R\$362.512 (2021 – R\$1.141.475) acima de 5 anos.

Notas Explicativas



					Banco	
Depósitos Interfinanceiros			Depósitos a prazo		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Até 30 dias	327.940	5.688	670.352	1.239.801	998.292	1.245.489
De 31 a 60 dias		2.575	212.573	189.784	212.573	192.359
De 61 a 90 dias	3.286	20.370	378.502	335.759	381.788	356.129
De 91 a 180 dias	6.066	2.588.134	1.650.166	1.381.230	1.656.232	3.969.364
De 181 a 360 dias	2.887.012	38.340	2.811.641	2.314.927	5.698.653	2.353.267
Após 360 dias		7.547	18.531.927	11.847.946	18.531.927	11.855.493
Total	3.224.304	2.662.654	24.255.161	17.309.447	27.479.465	19.972.101
Circulante	3.224.304	2.655.107	5.723.234	5.461.501	8.947.538	8.116.608
Não circulante		7.547	18.531.927	11.847.946	18.531.927	11.855.493

(c) Captações no mercado aberto - carteira própria

As captações no mercado aberto são compostas por R\$5.732.969 (2021 - R\$5.541.752) de títulos públicos e R\$585.877 (2021 - R\$400.215) de títulos privados no Conglomerado Financeiro e R\$5.732.969 (2021 - R\$5.549.448) de títulos públicos e R\$585.877 (2021 - R\$400.215) de títulos privados no Banco.

15. Recursos de aceites e emissão de títulos**(a) Obrigações por emissão de letras de crédito**

Conglomerado Financeiro e Banco		
	2022	2021
Letras financeiras (i) (ii)	1.819.247	2.267.263
Letras créditos imobiliários	5.231	10.460
Letras créditos agropecuários	94.910	95.653
Total	1.919.388	2.373.376
Circulante	616.297	1.849.076
Não Circulante	1.303.091	524.300

(i) Do montante de R\$2.267.263 de letras financeiras em dezembro de 2021, R\$1.113.511 correspondem a captações efetuadas mediante emissão de Letras Financeiras com garantia, observadas as condições determinadas pela Resolução BCB nº 144, de 24/09/2021; e

(ii) Em novembro de 2022, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 27 de outubro de 2022, o Bmg concluiu sua 3ª emissão de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$220.100. Essa captação faz parte da estratégia do Banco de se estabelecer como um emissor recorrente no mercado institucional, tendo como benefício a ampliação da base de investidores e a redução do prêmio de risco.

Notas Explicativas

**(b) Vencimento**

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos dos recursos por aceites e emissão de títulos:

	Letras financeiras e de crédito	
	2022	2021
Até 30 dias	19.814	9.912
De 31 a 60 dias	19.768	23.067
De 61 a 90 dias	13.168	494.216
De 91 a 180 dias	52.993	180.619
De 181 a 360 dias	510.554	1.141.262
Após 360 dias	1.303.091	524.300
Total	1.919.388	2.373.376
Circulante	616.297	1.849.076
Não circulante	1.303.091	524.300

16. Obrigações por empréstimos e repasses

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Repasses País – Instituições Oficiais (a)	18.072	45.964
Empréstimos no País – Outras Instituições (i)	575.387	516.609
Total	593.459	562.573
Circulante	18.072	45.964
Não Circulante	575.387	516.609

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

(a) Repasses no país – Instituições Oficiais

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto ao Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Até 30 dias	5.454	25.905
De 91 a 180 dias	12.618	20.059
Total	18.072	45.964
Circulante	18.072	45.964

Notas Explicativas

**17. Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações****(a) Provisão e obrigações fiscais**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para pagamentos a efetuar	217.188	192.087	216.456	191.457
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.057	5.513	6.057	5.513
Provisão para causas judiciais (i)	809.313	719.625	785.963	703.900
Provisões	1.032.558	917.225	1.008.476	900.870
Correntes	123.635	51.350	4.548	4.924
Diferidas (nota 25(c))	210.466	101.042	209.986	100.698
Obrigações fiscais	334.101	152.392	214.534	105.622
Total	1.366.659	1.069.617	1.223.010	1.006.492
Circulante	340.823	243.437	221.004	196.381
Não circulante	1.025.836	826.180	1.002.006	810.111

(i) Os saldos de provisão para causas judiciais são relacionados a causas de natureza cível, trabalhista e fiscais. Vide Nota 18.

(b) Outras obrigações

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2022	2021	2022	2021
Sociais e estatutárias	101.177	189.517	101.174	189.508
Outros impostos e contribuições a recolher	32.072	54.679	32.036	54.664
Obrigações a pagar cartão	475.572	275.539	475.572	275.539
Credores diversos	538.081	498.108	497.765	497.342
Valores a repassar cessão (i)	665	1.305	665	1.305
Valores a pagar sociedades ligadas			39.787	880
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão (i)	2.834.484	1.534.016	2.834.484	1.534.016
Letras financeiras subordinadas (nota 17(c))	670.025	129.486	670.025	129.486
Total	4.652.076	2.682.650	4.651.508	2.682.740
Circulante	1.847.266	1.144.374	1.846.698	1.144.464
Não circulante	2.804.810	1.538.276	2.804.810	1.538.276

(i) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. Vide Nota 8(c).

Notas Explicativas



(c) Letras financeiras subordinadas

Descrição	Conglomerado Financeiro e Banco			
	Data de			
Nome do papel	Emissão	Vencimento	Taxa de Juros a.a.	R\$
No País (i):				
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	6.675
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	15.617
			IPCA + 6,60% a	
			6,67% 126% a	
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	130% da SELIC	109.603
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.287
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.076
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	18,15% - Pré	136.376
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	18,15% - Pré	136.379
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	100% do CDI	263.012
Total – 2022				670.025
Total – 2021				129.486

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por *hedge* (vide nota 7 (c) (ii)).

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das dívidas e letras financeiras subordinadas:

Dívida e letras financeiras subordinadas	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2022	2021
Acima de 360 dias	558.483	20.353
Perpétua	111.542	109.133
Total	670.025	129.486

Notas Explicativas**18. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O Banco e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.2(r). A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

(i) Provisão para riscos fiscais - Equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$1.168.256 (2021 – R\$1.179.432) Conglomerado Financeiro e R\$1.151.536 (2021 – R\$1.167.562) Banco, sendo que estas ações se referem principalmente a processos administrativos e ou judiciais de tributos federais.

Os principais questionamentos no conglomerado são:

- a)** CSLL – Lei nº 7.689/88 – R\$118.687 (2021 - R\$226.682): decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei nº 7.689/88;
- b)** IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R\$415.304 (2021 – R\$386.277): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- c)** IR e CS 2016 – R\$118.259 (2021 - R\$ 110.194): Dedução fiscal de Perdas em Operações de créditos - Lei nº 9.430/96;
- d)** PIS e COFINS – R\$164.115 (2021 - R\$102.106): Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;
- e)** INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$34.396 (2021 – R\$32.522): questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- f)** SAT – Lei nº 11.430/06 – R\$34.926 (2021 - R\$29.043): discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) Provisões Trabalhistas – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2022, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota no Conglomerado Financeiro e no Banco.

(iii) Provisões Cíveis: A provisão dos casos cíveis individualizados é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$937.142 (2021 – R\$730.602) Conglomerado Financeiro e R\$932.845 (2021 – R\$737.084) Banco.

O Banco não possui ativos contingentes contabilizados.

Abaixo demonstramos a segregação por natureza e movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e cíveis:

Notas Explicativas



(iv) Depósitos Judiciais e Provisões segregadas por natureza

			2022	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Causas tributárias e previdenciárias	284.573	122.850	280.433	103.578
Causas trabalhistas	14.236	52.670	14.009	49.925
Causas cíveis	97.821	633.793	97.614	632.460
Total	396.630	809.313	392.056	785.963

			2021	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Causas tributárias e previdenciárias	226.446	62.189	221.814	57.079
Causas trabalhistas	24.471	65.992	24.189	57.879
Causas cíveis	113.215	591.444	111.579	588.942
Total	364.132	719.625	357.582	703.900

(v) Movimentação

Conglomerado Financeiro				
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributárias	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2021	364.132	62.189	65.992	591.444
Adições	213.870	121.070	17.565	435.071
(Baixas)	(181.372)	(60.409)	(30.887)	(392.722)
Saldo em 31/12/2022	396.630	122.850	52.670	633.793

Banco				
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributárias	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2021	357.582	57.079	57.879	588.942
Adições	207.293	106.524	16.920	434.454
(Baixas)	(172.819)	(60.025)	(24.874)	(390.936)
Saldo em 31/12/2022	392.056	103.578	49.925	632.460

Notas Explicativas

**19. Patrimônio líquido (Banco)****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.571, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nessa mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em reunião realizada em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 8.242.120 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 18 de março de 2020. Em função do cancelamento das ações, o capital social do Banco permanece inalterado, passando a ser dividido em 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 183.225.057 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete) ações preferenciais.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 9.905.227 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e vinte e sete) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em comunicado ao mercado em 31 de março de 2022, o Banco anunciou encerramento do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de março de 2021, as ações recompradas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração baseada em ações a executivos e demais beneficiários de planos de incentivos de longo prazo do Banco.

Ações em tesouraria				
	Ações em tesouraria 31/12/2021	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Ações em tesouraria 31/12/2022
Quantidade	51.107	1.554.000	(1.402.575)	202.532
Saldo em milhares de reais	(254)	(5.144)	4.936	(462)

Notas Explicativas



Movimentação na quantidade ações		
	31/12/2021	31/12/2022
Ordinária	372.696.198	372.696.198
Preferencial	210.536.213	210.536.213
Saldo	583.232.411	583.232.411

Quantidade de ações em circulação (i)			
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2021	1.251.558	101.526.675	102.778.233
Varição em ações em tesouraria		(151.425)	(151.425)
Varição das ações detidas por controladores e administradores	21.237	(30.692)	(9.455)
Em 31/12/2022	1.272.795	101.344.558	102.617.353

(i) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

b) Reservas

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída, ao final de cada semestre, à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 31 de dezembro de 2022, os juros sobre o capital próprio totalizaram o montante de R\$213.000, dos quais R\$140.000, referentes aos nove primeiros meses de 2022, conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2022, foram creditados de forma individualizada aos acionistas dia 21 de outubro de 2022. O valor é equivalente a R\$ 0,240124915 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,204106178 por ação. O pagamento foi realizado em 16 de novembro de 2022.

Conforme fato relevante divulgado em 15 de dezembro de 2022, os juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2022 totalizaram o montante de R\$73.000, e foram creditados de forma individualizada aos acionistas dia 22 de dezembro de 2022. O valor é equivalente a R\$ 0,125207991 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,106426792 por ação. O pagamento será realizado em 16 de fevereiro de 2023.

Adicionalmente, o Banco informou, em fato relevante divulgado em 24 de novembro de 2022, que a partir de 2023, deliberará trimestralmente sobre a declaração e o pagamento de juros sobre capital próprio. Os valores e datas serão aprovados em reuniões do Conselho de Administração e divulgados ao mercado até o final de cada trimestre.

d) Resultado líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

Notas Explicativas

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas.

Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais. Conforme CPC41, utilizamos o ajuste retrospectivo para cálculo do lucro básico por ação de dezembro de 2022.

Resultado líquido por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	226.151	241.912
Quantidade média ponderada de ações emitidas	583.018.284	583.232.411
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,3879	0,4148

Notas Explicativas

**20. Receitas e despesas da intermediação financeiras**

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito

Conglomerado Financeiro			Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2020
CDC Crédito pessoal	5.618.356	4.312.637	2.888.797	5.351.859	4.160.121
Carteira comercial	417.226	225.591	240.273	424.369	234.189
Comissões de agentes	(827.983)	(820.033)	(398.693)	(827.983)	(820.033)
Variação cambial	(74.245)	93.846			
Outros	(670)	(357)	(377)	(670)	(357)
Total	5.132.684	3.811.684	2.730.000	4.947.575	3.573.920

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Conglomerado Financeiro			Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	77.869	6.442	61.897	101.560	38.357
Títulos e valores mobiliários	1.007.227	852.240	470.136	1.002.226	851.028
Aplicações no exterior	601		45.366	45.366	
Total	1.085.697	858.682	577.399	1.149.152	889.385

(c) Despesas da intermediação financeira

Conglomerado Financeiro			Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (i)	447.529	118.002	68.326	447.529	118.003
Variação cambial	(827)	12.748	(6.491)	(70.549)	75.773
Despesas de depósitos a prazo	(2.215.498)	(1.461.177)	(1.055.427)	(2.215.498)	(1.461.176)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(18.330)	(4.250)	(206.923)	(369.373)	(132.515)
Outras despesas de captação	(1.156.501)	(377.070)	(711.690)	(1.156.501)	(377.077)
Operações de empréstimos e repasses	(65.934)	(26.669)	(36.436)	(65.934)	(22.976)
Resultado com operações de crédito cedidas	(238.003)	(157.828)	(141.088)	(238.003)	(157.828)
Total	(3.247.564)	(1.896.244)	(2.089.729)	(3.668.329)	(1.957.796)

(i) Inclui instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção da variação cambial apresentado na nota 20 (a).

Notas Explicativas

**21. Receitas de prestação de serviços**

Conglomerado financeiro			Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Rendas de cobrança	547	1.140	276	547	1.140
Rendas de tarifas bancárias	51.204	13.190	37.026	50.604	13.190
Rendas outros serviços	95.347	62.615	58.175	95.311	62.541
Total	147.098	76.945	95.477	146.462	76.871

22. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas**(a) Despesas de pessoal**

Conglomerado financeiro			Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Proventos e honorários	(201.877)	(161.986)	(101.771)	(201.877)	(161.972)
Encargos sociais	(70.386)	(62.268)	(34.538)	(70.386)	(62.260)
Treinamento	(1.478)	(1.502)	(795)	(1.478)	(1.502)
Benefícios	(58.403)	(47.415)	(31.090)	(58.400)	(47.398)
Total	(332.144)	(273.171)	(168.194)	(332.141)	(273.132)

(b) Outras despesas administrativas

Conglomerado Financeiro			Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Água, energia e gás	(2.063)	(1.929)	(974)	(2.063)	(1.929)
Marketing	(136.865)	(141.398)	(78.333)	(136.737)	(141.224)
Aluguéis	(13.207)	(17.119)	(6.463)	(13.206)	(17.098)
Arrendamento de bens	(11.103)	(10.277)	(5.718)	(11.103)	(10.277)
Promoções e relações públicas	(15.708)	(531)	(8.114)	(15.708)	(531)
Comunicações	(21.468)	(45.550)	(12.223)	(21.468)	(45.550)
Manutenção e conservação de bens	(2.419)	(1.808)	(1.176)	(2.419)	(1.808)
Processamento de dados	(183.192)	(150.969)	(90.894)	(183.191)	(150.962)
Seguros	(6.550)	(7.097)	(3.335)	(5.666)	(7.060)
Serviços de terceiros	(154.988)	(120.656)	(84.293)	(154.988)	(120.656)
Serviço de vigilância	(6.887)	(5.971)	(3.521)	(6.887)	(5.971)
Serviços técnicos especializados	(285.593)	(261.649)	(134.283)	(284.235)	(260.639)
Materiais diversos	(1.659)	(2.585)	(975)	(1.659)	(2.585)
Serviços do sistema financeiro	(22.987)	(18.824)	(12.755)	(22.641)	(18.685)
Transportes	(4.877)	(5.124)	(2.381)	(4.876)	(5.124)
Viagens	(12.699)	(8.467)	(5.906)	(12.699)	(8.467)
Amortização e depreciação (i)	(85.129)	(194.516)	(44.012)	(85.129)	(194.516)
Outras despesas administrativas	(72.125)	(41.581)	(38.481)	(69.162)	(40.868)
Total	(1.039.519)	(1.036.051)	(533.837)	(1.033.837)	(1.033.950)

(i) Em dezembro de 2021 contempla baixa de ágio referente a operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 11).

Notas Explicativas

**23. Despesas tributárias**

	Conglomerado Financeiro		Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
PIS e COFINS	(162.271)	(129.724)	(75.713)	(156.511)	(127.623)
ISS	(5.748)	(2.807)	(3.949)	(5.736)	(2.696)
Outros	(6.926)	(5.532)	(3.313)	(5.689)	(5.145)
Total	(174.945)	(138.063)	(82.975)	(167.936)	(135.464)

24. Outras receitas e despesas operacionais

	Conglomerado Financeiro		Banco		
	2022	2021	Segundo semestre 2022	2022	2021
Outras receitas operacionais					
Recuperação de encargos e despesas	19.040	21.719	13.733	19.040	21.721
Atualização monetária	17.145	25.025	18.693	16.443	24.739
Reversão de provisões operacionais (i)	422.172	455.606	232.613	414.159	453.446
Atualização de impostos a compensar	3.480	5.213		2.502	4.599
Participação sobre prêmios emitidos (ii)	61.805	3.000	35.532	61.805	3.000
Outras	1.224	27.242	559	1.190	27.240
Total	524.866	537.805	301.400	515.139	534.745
Outras despesas operacionais					
Despesas de cobranças	(12.725)	(15.636)	(5.860)	(12.722)	(15.631)
Despesa de interveniência de repasse de recursos	(102.216)	(93.898)	(53.407)	(102.215)	(93.895)
Despesa de provisões operacionais (i)	(894.375)	(994.744)	(468.759)	(881.517)	(990.289)
Tarifas	(25.708)	(30.909)	(11.460)	(25.708)	(30.909)
Outras	(30.581)	(34.799)	(11.881)	(29.556)	(34.685)
Total	(1.065.605)	(1.169.986)	(551.367)	(1.051.718)	(1.165.409)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(540.739)	(632.181)	(249.967)	(536.579)	(630.664)

(i) Basicamente, reversão e constituição de provisões de natureza cível, trabalhistas e fiscais; e

(ii) Na rubrica "Participação sobre prêmios emitidos" está registrado o valor de parceria com empresa de seguros.

Notas Explicativas

**25. Imposto de renda e contribuição social****(a) Ativos fiscais diferidos - créditos de imposto de renda e contribuição social**

Conglomerado Financeiro					
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2021	547	2.227.048	681.496	301.082	3.210.173
Constituição		751.409	7.552		758.961
(Realização / Reversão)		(321.191)	(34.366)	(27.228)	(382.785)
Saldo final em 31/12/2022	547	2.657.266	654.682	273.854	3.586.349

Banco					
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2021	547	2.188.250	341.934	301.076	2.831.807
Constituição		745.035	7.552		752.587
(Realização / Reversão)		(318.121)	(2.458)	(27.209)	(347.788)
Saldo final em 31/12/2022	547	2.615.164	347.028	273.867	3.236.606

O Conglomerado Financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas

Os créditos tributários relacionados as adições temporárias referem-se, principalmente, a Provisões para causas fiscais e previdenciárias discutidos em âmbito judicial ou administrativo, provisões trabalhistas e cíveis, cuja realização depende do encerramento dos respectivos processos, e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

Os estudos técnicos elaborados demonstram a capacidade da Instituição de geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes.

(b) Expectativa de realização dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

Ano	Conglomerado Financeiro	Banco
2023	1.079.842	1.059.910
2024	1.299.676	1.248.909
2025	362.149	318.917
2026	121.104	79.620
2027	104.317	61.039
Após 2028	619.261	468.211
Total	3.586.349	3.236.606

(c) Obrigações fiscais diferidas - imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias no montante de R\$210.466 (2021 - R\$101.042) no Conglomerado Financeiro e R\$209.986 (2021 - R\$100.698) no Banco, referem-se principalmente, a Marcação à Mercado de Títulos e Valores Mobiliários.

Notas Explicativas



(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

			Conglomerado Financeiro	
	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	79.346	79.346	128.225	128.225
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	(213.000)	(213.000)	(184.000)	(184.000)
Participação nos lucros	(64.547)	(64.547)	(70.270)	(70.270)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(17.612)	(17.612)	(108.677)	(108.677)
Equivalência patrimonial	(94.823)	(94.823)	(47.957)	(47.957)
Equivalência patrimonial - não operacional			(30.870)	(30.870)
Variação cambial de investimento no exterior			(9.787)	(9.787)
Inovação tecnológica (ii)	(109.590)	(109.590)	(89.835)	(89.835)
Outros	(62.148)	(22.515)	12.149	(17.270)
Base de cálculo	(482.374)	(442.741)	(401.022)	(430.441)
Alíquota base	72.356	88.548	60.153	86.088
Alíquota adicional	48.261		40.126	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (iii)		(1.346)		(3.610)
Incentivos fiscais	3.538		1.202	
Créditos com Imposto de renda e Contribuição social	124.155	87.202	101.481	82.478

			Banco	
	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	(68.595)	(68.595)	70.228	70.228
Juros sobre o capital próprio	(213.000)	(213.000)	(184.000)	(184.000)
Participação nos lucros	(64.555)	(64.555)	(70.253)	(70.253)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(17.612)	(17.612)	(108.677)	(108.677)
Equivalência patrimonial	(259.698)	(259.698)	(142.775)	(142.775)
Equivalência patrimonial - não operacional			(30.871)	(30.871)
Variação cambial de investimento no exterior	(18.939)	(18.939)	9.787	9.787
Inovação tecnológica (ii)	(109.590)	(109.590)	(89.835)	(89.835)
Outros	(75.048)	(7.587)	18.747	(893)
Base de cálculo	(827.037)	(759.576)	(527.649)	(547.289)
Alíquota base	124.056	151.915	79.147	109.458
Alíquota adicional	82.728		52.789	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (iii)		(45)		(13)
Incentivos fiscais	647		556	
Créditos com Imposto de renda e Contribuição social	207.431	151.870	132.492	109.445

(i) Efeito da decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário;

(ii) Lei nº 11.196/2005, art.17, inciso I; e

(iii) Efeito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (vide nota 2.2 p).

Notas Explicativas

**26. Transações com partes relacionadas (Banco)**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 4.636, de 22/02/2018, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais com as demais operações do banco.

(a) Transações com partes relacionadas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação Interfinanceiras de liquidez				
<i>BMG Bank (Cayman) Ltd.</i>	1.808.125	1.230.648	68.624	33.487
Títulos e valores mobiliários				
<i>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros</i>				
<i>Cartões Consignados II</i>	2.767.162	1.326.271	216.127	57.249
Operações de crédito				
<i>Pessoal chave da Administração</i>	5.888	4.222		47
<i>Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas</i>	71.607	22.275	2.384	1.476
Rendas a Receber				
<i>Banco Cífra S.A.</i>	18.060	6.561		
<i>Banco BCV S.A.</i>	30.000	10.886		
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil</i>	25.527	10.179		
<i>Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários</i>	629	313		
Outros Créditos				
<i>Banco Cífra S.A.</i>	171	179		
<i>Banco BCV S.A.</i>	39.169	1.813		
Serviços de Cobrança				
<i>EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.</i>		71		
Depósitos à vista				
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil</i>	(410)	(192)		
<i>Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários</i>	(2.806)	(123)		
<i>EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.</i>	(21)	(925)		
<i>Help Franchising</i>	(617)	(1.309)		
<i>CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.</i>	(1.105)	(5)		
<i>ME Promotora de Vendas Ltda.</i>	(2.615)	(2.857)		
<i>BMG Soluções Eletrônicas S.A.</i>	(22)	(333)		
<i>Bmg Participações Em Negócios Ltda.</i>	(40)	(192)		
<i>Cmg Corretora De Seguros</i>	(476)	(187)		
<i>Granito Soluções em Pagamentos S.A.</i>	(61.047)	(540)		
Depósitos interfinanceiros				
<i>Banco BCV S.A.</i>	(1.115.426)	(1.043.729)	(143.546)	(50.961)
<i>Banco Cífra S.A.</i>	(729.933)	(644.112)	(88.380)	(32.693)
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil</i>	(982.456)	(887.679)	(118.120)	(44.121)
<i>Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários</i>	(7.560)	(9.529)	(997)	(489)
Depósitos a prazo				
<i>EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.</i>	(2.718)	(6.608)	(446)	(416)
<i>Help Franchising</i>	(13.436)	(11.135)	(1.124)	(502)
<i>ME Promotora de Vendas Ltda.</i>	(10.241)	(9.123)	(1.189)	(368)
<i>CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.</i>	(519.619)	(291.755)	(58.991)	(21.824)
<i>BMG Soluções Eletrônicas S.A.</i>	(435)	(385)	(51)	(22)
<i>Bmg Participações Em Negócios Ltda.</i>	(9.317)	(15.109)	(1.336)	(816)
<i>Cmg Corretora De Seguros</i>	(33.418)	(7.364)	(2.114)	(394)
Obrigações por letras financeiras				
<i>CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.</i>	(244.499)	(435.606)	(51.033)	(38.608)
Outras obrigações				
<i>Banco BCV S.A.</i>	(39.105)	(426)		
<i>Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários</i>	(682)	(454)		
<i>EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.</i>	(222)	(567)		

Em dezembro de 2022, o Conglomerado Bmg possuía seguro garantia com prêmios no montante de R\$671 com a BMG Seguros S.A.

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas de mercado.

A EGL – Empreendimentos Gerais Ltda. (empresa não financeira pertencente ao Grupo Bmg), adquiriu créditos sem coobrigação com o Banco Bmg, que por força de contrato de cessão, recebe 20% dos repasses a serem efetuados, a título de serviços de cobrança. Em 31 de dezembro de 2022, os valores a repassar a

Notas Explicativas

EGL – Empreendimentos Gerais Ltda., totalizavam R\$222 (2021 – R\$567) a empresa não possuía saldo em serviços de cobrança (2021 – R\$71).

(b) Remuneração dos administradores

Conforme descrito na Nota 2.2(s), em acordo com a Resolução CMN 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre Conselho de Administração e Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(i) Benefícios de curto e longo prazo a administradores

	2022	2021
Remuneração	40.382	47.884
Contribuição INSS	9.086	10.774
Total	49.468	58.658

(ii) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantado em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia “BMGB4”, como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis (“*Performance Shares Units*” ou “PSU”), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 “Pagamento Baseado em Ações” e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$4.936 a diretores e demais colaboradores elegíveis, líquido dos efeitos tributários.

(iii) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante o atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

**27. Estimativa do valor justo**

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

				Conglomerado Financeiro		
				2022		
				2021		
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.322	46.322		38.894	38.894	
Títulos e valores mobiliários	11.883.048	11.883.048		11.867.409	11.867.409	
Instrumentos financeiros derivativos	203.775	203.775		394.715	394.715	
Operações com características de concessão de crédito	23.856.507	23.208.434	(648.073)	15.967.363	15.817.093	(150.270)
PASSIVO						
Depósitos	25.092.773	25.359.984	267.211	17.640.189	17.803.978	163.789
Captações no mercado aberto - carteira própria	6.318.846	6.318.846		5.941.967	5.941.967	
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.919.388	2.938.035	1.018.647	2.373.376	2.611.065	237.689
Obrigações por empréstimos e repasses	593.459	593.459		562.573	562.573	
Instrumentos financeiros derivativos	52.361	52.361		65.332	65.332	
Letras financeiras subordinadas	670.025	670.025		129.486	129.486	
				Banco		
				2022		
				2021		
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.322	46.322		1.269.542	1.269.542	
Títulos e valores mobiliários	11.843.974	11.843.974		11.841.061	11.841.061	
Instrumentos financeiros derivativos	203.775	203.775		394.715	394.715	
Operações com características de concessão de crédito	21.674.605	21.026.532	(648.073)	14.490.680	14.340.409	(150.271)
PASSIVO						
Depósitos	27.930.803	28.749.413	818.610	20.227.686	20.392.076	164.390
Captações no mercado aberto - carteira própria	6.318.846	6.318.846		5.949.663	5.949.663	
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.919.388	2.938.035	1.018.647	2.373.376	2.611.065	237.689
Obrigações por empréstimos e repasses	593.459	593.459		562.573	562.573	
Instrumentos financeiros derivativos	52.361	52.361		65.332	65.332	
Letras financeiras subordinadas	670.025	670.025		129.486	129.486	

Notas Explicativas



O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Notas Explicativas



28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Conglomerado Financeiro a clientes montam R\$246.743 (2021 – R\$254.584) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

Com o advento da Resolução nº 4.512/16, referente ao tratamento para garantias financeiras prestadas, o saldo de provisão de avais e fianças, teve impacto negativo no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$(304) (2021 negativo em R\$86).

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Informações suplementares

Apresentamos abaixo a natureza e os efeitos dos resultados não recorrentes realizados nos exercícios findos em dezembro de 2022 e de 2021.

	Conglomerado Financeiro e Banco		
	Segundo semestre		
	2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício	126.217	226.151	241.912
Amortização de ágio (i)			52.926
Redução de participação em controladas (ii)			(18.229)
Impostos a compensar, ajuste de depósitos judiciais e outros (iii)			(5.346)
Total não recorrente			29.351
Lucro líquido do exercício sem os efeitos não recorrentes	126.217	226.151	271.263

- (i) Ágio na aquisição de investimentos, líquido de efeitos fiscais;
- (ii) Redução de participação na Granito Soluções em Pagamentos S.A, líquido de efeitos fiscais; e
- (iii) Impostos a compensar no montante de (R\$107.987); ajustes nos saldos de Depósitos Judiciais no montante de R\$98.484 e outras despesas administrativas no montante de R\$4.157, líquido de efeitos fiscais.

(d) Fatos relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro Bmg foi objeto de medida de busca e apreensão em Operação intitulada “Macchiato”, decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro que teriam sido alegadamente praticados por determinados executivos e colaboradores do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em conexão com, e anteriormente a essa investigação criminal, o Banco havia sido autuado pela Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores. Essas autuações foram, dentro dos prazos legais, defendidas e impugnadas administrativamente, com apoio de assessor jurídico especializado em causas tributárias, e aguarda decisão final dos órgãos competentes.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas aos fatos, dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

Notas Explicativas



O Comitê Especial concluiu a investigação analisando todos os dados e informações disponíveis no acervo do Banco, identificando os casos de pagamento a fornecedores mencionados na investigação policial. Resumidamente, os achados indicaram oportunidades de melhorias de controles internos, designação de alçadas, bem como lacunas na gestão de fornecedores, que impossibilitaram o pronto conhecimento dos fatos à época de sua ocorrência.

Não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras ou divulgações em notas explicativas. O Banco continua acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão.

Após as conclusões dos trabalhos de investigação, o Comitê Especial apresentou os resultados ao assessor jurídico tributário contratado para defesa dos autos de infração e este confirmou opinião, considerando as infrações autuadas, quanto à classificação como Risco Possível e, as quais estão divulgadas na Nota 18(i)(b).

Desde o início das investigações, o Banco tem adotado uma série de medidas visando o aprimoramento dos controles internos.

(e) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia de COVID-19, o Banco está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Banco adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma alternativa perene na origem dos produtos.

Para clientes, o Banco estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Banco lançou o Volta pra Mim Farmácia – benefício temporário no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta. Além disso, o Banco realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, com a comprovação do engajamento e da produtividade, o Banco adotou a prática do modelo híbrido de trabalho.

A rápida resposta e adaptação do Banco diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

(f) Resultado não operacional

Em dezembro de 2021, refere-se, basicamente, ao resultado não operacional de equivalência patrimonial no montante de R\$30.871, gerado em função da subscrição e integralização pelo Banco Inter na Granito, conforme descrito na nota 11. Em dezembro de 2022, não havia resultado não operacional relevante.

Notas Explicativas



29. Gestão de riscos

1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital e Análise de Sensibilidade

Para o Conglomerado do Bmg, a gestão de riscos e capital é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado do Bmg tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Neste contexto, o Conglomerado do Bmg gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, crédito e operacional - com ações específicas para cada um, descritas de forma resumida abaixo. Os demais riscos de Pilar II, tais como os riscos de imagem, de estratégia e socioambientais, são também monitorados pela Diretoria de Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital.

O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos, juntamente com o Relatório de Pilar 3, podem ser visualizados no site (<http://www.bancobmg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

1.1. Gerenciamento do Capital

O Banco optou pela constituição de estrutura de gerenciamento de capital centralizada para o Conglomerado do Bmg, nomeando um diretor responsável para toda a estrutura.

O Comitê de Gestão de Riscos e Capital é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital.

O comitê é conduzido pela Diretoria de Finanças, Riscos e Compliance com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração e demais Diretorias o Índice de Basileia atual, bem como as projeções para os próximos três anos.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento de capital e ao Plano de Capital, conforme estabelecidos em Política;
- Validar a Política de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem a Política e o Plano de Capital;
- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital, oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras e na necessidade futura de capital, bem como possíveis alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da Organização;
- Posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

A Superintendência de Finanças, é a unidade responsável pelo gerenciamento do capital do Conglomerado do Bmg, assim como pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os dados quantitativos referentes aos requerimentos de capital regulatórios bem como o cumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, podem ser visualizados na “Nota 3 - Exigibilidade de capital e limites de imobilização”.

1.2. Risco de Crédito

A estratégia de atuação do Banco é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes.

Assim, os principais produtos de crédito são: Empréstimo Consignado, Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e Bmg Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de

Notas Explicativas



desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade. Com a consolidação do Bmg como banco digital, a carteira de cartão de crédito não consignado tem tido crescimento relevante.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, taxas de retorno, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises etc.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados *bureaus* de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

1.3. Risco de Mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado do Bmg entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco.

Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevendo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Bmg é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições.

A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado a toda Diretoria Executiva e ao Comitê de Ativos e Passivos.

1.4. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Conglomerado do Bmg preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda as exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

Notas Explicativas



O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

1.5. Risco Operacional

O Conglomerado do Bmg considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que eventos que possam interferir adversamente o alcance dos objetivos sejam identificados e tratados.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quando identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado do Bmg.

A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado.

Os eventos de risco que se materializarem e tiverem impacto, financeiro, de imagem ou regulatório deverão ser controlados, de forma a identificar e tratar a causa raiz a fim de evitar recorrências. Esses eventos serão reportados de acordo com o impacto e criticidade à alta administração do Banco Bmg.

1.6. Risco Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Bmg, que segue o disposto nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e 4.945/21, estabelece diretrizes e consolida as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com clientes. A política estabelece segmentos de atuação impedidos, para os quais não liberamos crédito, e setores restritos, para os quais a análise de risco socioambiental é mais detalhada e rigorosa. Determina, também, práticas, que incluem o gerenciamento de riscos e análises de impactos socioambientais como finalidade do crédito e gestão de fornecedores, que é realizado através da análise das práticas socioambientais. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

1.7. Análise de Sensibilidade

(a) Ativos e passivos

Em cumprimento ao disposto no art.35 da Resolução BCB nº 2/20, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do "Programa de Testes de Estresse" conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

- **Otimista:** consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (PCLD menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 1:** consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 2:** consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.
- **Pessimista 3:** simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco

Notas Explicativas



	Efeito bruto no resultado				Efeito líquido no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	154.305	(154.305)	(308.610)	(462.915)	84.868	(84.868)	(169.735)	(254.603)
Qualidade de crédito (PCLD)	166.836	(166.836)	(333.672)	(500.509)	91.760	(91.760)	(183.520)	(275.280)
Taxas de captação	57.516	(57.516)	(115.033)	(172.549)	31.634	(31.634)	(63.268)	(94.902)
Provisões para contingências	47.885	(47.885)	(95.770)	(143.655)	26.337	(26.337)	(52.674)	(79.010)

(b) Risco de mercado

Em atendimento aos requerimentos da CVM o Banco Bmg realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais hedges. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.849)	(4.621)	(9.243)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(61.369)	(153.423)	(306.846)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(7.027)	(17.568)	(35.136)
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	16.025	40.062	80.124
Total		(54.220)	(135.550)	(271.101)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Notas Explicativas

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	Aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	Aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	Aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

* * *

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Finanças, Riscos e Compliance)

Paulo Augusto de Andrade
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezuino Teodoro Silvestre
CRC - 1SP183479/O-1
(Contador Responsável)

Notas Explicativas

***Demonstrações financeiras consolidadas
preparadas de acordo com normas
internacionais de relatórios financeiros – IFRS
em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor
independente sobre as demonstrações
financeiras***

***Os quadros das demonstrações financeiras
consolidadas, são apresentados com base nas
informações do Consolidado em IFRS***

Notas Explicativas



1. Informações gerais

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas: BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Cifra S.A., Banco BCV S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., BMG Participações em Negócios Ltda. e sua controlada BMG Seguros S.A., Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

Conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil, através de ofício de 10 de novembro de 2021, comunicamos mudança do objeto social da Cifra Financeira S.A. para "sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários", adotando como nova denominação BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 13/02/2023.

2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Notas Explicativas

**2.2 Consolidação****(a) Demonstrações Financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

Controladas	País de constituição	Atividade	Participação em %	
			2022	2021
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BCV S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco Cifra S.A.	Brasil	Banco	100	100
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	100
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Participações em Negócios Ltda.	Brasil	Holding	92,99	92,99
BMG Seguros S.A.	Brasil	Seguros	70	70
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99
CMG Corretora de Seguros	Brasil	Seguros	60	60
			Participação em %	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios			2022	2021
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes			100	100
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado			2022	2021
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado			100	

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica "Receitas de juros e rendimentos similares", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica "Despesas de juros e encargos similares".

Transações com participações de não controladoras

O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no

Notas Explicativas



patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

2.3 Apresentação de informação por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A administração separa as suas informações em dois segmentos operacionais: Banco de Varejo e Banco de Atacado.

Estes segmentos operacionais são descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas físicas.
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas jurídicas.

O resultado por segmento operacional encontra-se informado no quadro abaixo:

					2022
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP (i)	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	2.748.726	47.146	2.795.872	255.834	3.051.706
Receita de prestação de serviços	132.511	14.587	147.098	34.396	181.494
Resultado de intermediação financeira	2.881.237	61.733	2.942.970	290.230	3.233.200
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(1.208.487)	(21.435)	(1.229.922)	(324.269)	(1.554.191)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	174.170	9.897	184.067	207	184.274
Resultado bruto financeiro	1.846.920	50.195	1.897.115	(33.832)	1.863.283
Despesas totais	(1.663.761)	(313.188)	(1.976.949)	(198.648)	(2.175.597)
Resultado de participação em coligadas	2.168	92.655	94.823	(71.075)	23.748
Resultado operacional	185.327	(170.338)	14.989	(303.555)	(288.566)
Resultado não operacional		(190)	(190)	37.702	37.512
Imposto de renda e contribuição social	(83.146)	294.503	211.357	105.047	316.404
Lucro líquido	102.181	123.975	226.156	(160.806)	65.350

Notas Explicativas



	2021				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP (i)	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	1.988.806	647.253	2.636.059	29.716	2.665.775
Receita de prestação de serviços	52.776	24.169	76.945	18.903	95.848
Resultado de intermediação financeira	2.041.582	671.422	2.713.004	48.619	2.761.623
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(753.425)	(169.984)	(923.409)	(172.693)	(1.096.102)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	189.516	14.626	204.142		204.142
Resultado bruto financeiro	1.477.673	516.064	1.993.737	(124.074)	1.869.663
Despesas totais	(1.325.097)	(686.576)	(2.011.673)	(1.280)	(2.012.953)
Resultado de participação em coligadas	24.933	23.024	47.957	(28.950)	19.007
Resultado operacional	177.509	(147.488)	30.021	(154.304)	(124.283)
Resultado não operacional		27.934	27.934	37.163	65.097
Imposto de renda e contribuição social	33.302	150.657	183.959	47.388	231.347
Lucro líquido	210.811	31.103	241.914	(69.753)	172.161

(ii) Resultado apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Banco, e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais".

2.5 Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações no mercado aberto de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revenda

O Grupo dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Aplicações no mercado aberto" e "Operações compromissadas", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos

Notas Explicativas



em operações com compromisso de recompra são lançados em “Receitas de juros e rendimentos similares” e “Despesas de juros e encargos similares”, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no balanço patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Notas Explicativas



Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Em junho de 2022 o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “custo amortizado”. Conforme disposto no parágrafo 5.6.5 do IFRS 9, como reflexo da reclassificação a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em “Despesas de juros e encargos similares”.

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

Notas Explicativas



- no início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.

- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O banco não possui *hedge* de investimento líquido em operações no exterior e *hedge* de valor justo.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) **Hedge de Valor Justo**

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) **Hedge de Fluxo de Caixa**

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) **Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais**

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda

Notas Explicativas



de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(i) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(e) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(f) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

Notas Explicativas



2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perda de Crédito Esperada

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimação da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

- Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;
- Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;
- Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Notas Explicativas



São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

2.11 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Notas Explicativas



Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas ações judiciais são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL” de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e, 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Notas Explicativas



Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Emitidos e Aplicáveis em Períodos Futuros

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;

- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;

- *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;

Notas Explicativas



- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

(a) Mensuração da provisão para redução do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado”

Os ativos classificados nesta categoria são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Grupo deve avaliar as perdas esperadas inerentes aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolvem critérios diversos de avaliação, tais como análise das características específicas de cada carteira de empréstimos e recebíveis as garantias existentes e risco das operações.

O Grupo utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme Nota 2.9. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda esperada observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para Grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

(b) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas causas judiciais que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as causas classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial na rubrica Provisões, conforme detalhado na Nota 19.

Notas Explicativas



Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Grupo terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas quando for considerado provável que o Grupo terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

(d) Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa do Grupo sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;
- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada por uma diretoria específica do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento de Risco do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, princípios estes acompanhados pela revisão do Comitê de Análise de Ativos e Passivos ("ALCO").

4.1 Risco de crédito e socioambiental

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo departamento de riscos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Bmg, que segue o disposto na Resolução CMN nº 4.327/2014, estabelece diretrizes e consolida as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com clientes. A política estabelece segmentos de atuação impedidos, para os quais não liberamos crédito, e setores restritos, para os quais a análise de risco socioambiental é mais detalhada e rigorosa. Determina, também, práticas, que incluem o gerenciamento de riscos e análises de impactos socioambientais como finalidade do crédito e gestão de fornecedores, que é realizado através da análise das práticas

Notas Explicativas



socioambientais. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

4.1.1 Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, sem considerar garantias recebidas ou outras melhorias de crédito.

	2022	2021
Disponibilidade	291.767	357.619
Aplicações no mercado aberto	329.223	49.998
Depósitos compulsórios Bacen	1.389.620	152.121
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	2.309.682	10.125.495
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.518.298	1.640.104
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	203.775	394.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	31.868.440	15.594.238
Off-balance	8.464.836	6.204.423
Avais e fianças	246.743	254.584
Créditos a liberar	8.218.093	5.949.839
Total da exposição máxima ao risco de crédito	46.375.641	34.518.713

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise contempla apenas os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, os ativos não financeiros não são considerados.

Conforme a tabela acima, a exposição mais significativa advém dos empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os limites de riscos de crédito são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites autorizados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 4.1.4 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Grupo administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo. O cartão de crédito consignado é um produto massificado de grande volume e baixo *ticket* médio, fato este que reduz o risco de concentração de crédito.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Grupo implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienação fiduciária;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- Nota Promissória;
- Carta fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Grupo a determinar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9, com base nos critérios descritos na Nota 2.9.

Notas Explicativas



4.1.3 Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade dos ativos financeiros do Grupo, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e é demonstrada conforme segue:

	2022		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	291.767		
Aplicações no mercado aberto	329.223		
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.389.620		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	21.636.290	967.609	1.285.079
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	2.309.682		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.518.298		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	8.815.864		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	203.775		

	2021		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	357.619		
Aplicações no mercado aberto	49.998		
Depósitos compulsórios no Banco Central	152.121		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	14.604.413	557.473	838.007
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.125.495		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.640.104		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	103.543		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	394.715		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos.

Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.

O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado

Valor em Risco (“VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor “máximo” que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo

Notas Explicativas



pressupõe um “período de manutenção das posições” (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de stress

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de *stress* são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

		2022		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.849)	(4.621)	(9.243)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(61.369)	(153.423)	(306.846)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(7.027)	(17.568)	(35.136)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	16.025	40.062	80.124
Total		(54.220)	(135.550)	(271.101)

		2021		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(31)	(78)	(157)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(35.240)	(88.101)	(176.202)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(738)	(1.846)	(3.692)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(166)	(415)	(829)
Total		(36.175)	(90.440)	(180.880)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira *Banking*. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA / IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Notas Explicativas



Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2022	2021
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	22.871	173.613
Total de ativos financeiros	22.871	173.613
Total de derivativos – Ativo (dólar)	55.672	50.410
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(52.361)	(14.144)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	3.311	36.266

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term notes*) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2022 e de 2021, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, sobretudo, em reais.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

Notas Explicativas



A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	31/12/2022			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	329.223			329.223
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.389.620			1.389.620
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	26.275	145.351	32.149	203.775
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	262.486	73.334	1.973.862	2.309.682
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	9.975.365	5.491.478	16.401.597	31.868.440
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	22.922		1.495.376	1.518.298
Total de ativos financeiros	12.005.891	5.710.163	19.902.984	37.619.038
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	9.416.132	5.141.934	22.994.271	37.552.337
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	23.094	25.778	3.489	52.361
Total de passivos financeiros	9.439.226	5.167.712	22.997.760	37.604.698

	31/12/2021			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	49.998			49.998
Depósitos compulsórios no Banco Central	152.121			152.121
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	54.029	192.107	148.579	394.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	259.536	194.922	9.671.037	10.125.495
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	5.940.126	3.464.284	6.189.828	15.594.238
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)		17.626	1.622.478	1.640.104
Total de ativos financeiros	6.455.810	3.868.939	17.631.922	27.956.671
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	8.797.991	5.197.546	14.045.454	28.040.991
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	48.716	15.907	709	65.332
Total de passivos financeiros	8.846.707	5.213.453	14.046.163	28.106.323

Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	1.142.345	1.997.247	811.137	2.318.939
Moeda estrangeira	1.862.581	1.001.770	1.663.795	815.132
IPCA	763.792		1.296.683	
Outros	25.708	640.977	717.023	1.037.507
Total	3.794.426	3.639.994	4.488.638	4.171.578

Notas Explicativas



4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	31/12/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	291.767				291.767
Aplicações no mercado aberto	329.223				329.223
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	13.528.387	4.200.420	5.129.455	7.381.762	30.240.024
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	262.570	75.094	2.043.899	26.438	2.408.001
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado – TVM	22.922			1.495.376	1.518.298
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	26.275	145.351	32.149		203.775
Total a receber	14.461.144	4.420.865	7.205.503	8.903.576	34.991.088
Depósitos					
Depósito à vista	450.652				450.652
Depósito a prazo	1.264.629	4.648.658	20.347.491	420.483	26.681.261
Obrigações por cessão	41.084	120.879		590.448	752.411
Depósitos interfinanceiros	331.399	57.706			389.105
Instrumentos financeiros derivativos	23.094	25.778	3.489		52.361
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	52.760	592.854	3.239.870	2.146.317	6.031.801
Obrigações por empréstimos e repasses	5.454	12.618	20.832	554.555	593.459
Letras financeiras subordinadas	10.797		22.292	636.936	670.025
Total a pagar	2.179.869	5.458.493	23.633.974	4.348.739	35.621.075
Diferença a receber (a pagar)	12.281.275	(1.037.628)	(16.428.471)	4.554.837	(629.987)

Notas Explicativas



31/12/2021					
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	357.619				357.619
Aplicações no mercado aberto	49.998				49.998
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	11.342.592	1.588.290	3.318.383	1.452.386	17.701.651
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	188.367	195.218	10.246.626	1.128.904	11.759.115
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM	17.626			1.622.478	1.640.104
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	54.029	192.107	148.579		394.715
Total a receber	12.010.231	1.975.615	13.713.588	4.203.768	31.903.202
Depósitos					
Depósito à vista	256.186				256.186
Depósito a prazo	1.766.509	3.794.735	12.200.030	1.607.553	19.368.827
Obrigações por cessão	6.593	120.879	590.448		717.920
Depósitos interfinanceiros	28.654	41.457	7.547		77.658
Instrumentos financeiros derivativos	48.716	15.907	709		65.332
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	91.796	228.042	783.005	234.354	1.337.197
Obrigações por empréstimos e repasses	45.964	5.000	110.546	401.063	562.573
Letras financeiras subordinadas			19.317	110.169	129.486
Total a pagar	2.244.418	4.206.020	13.711.602	2.353.139	22.515.179
Diferença a receber (a pagar)	9.765.813	(2.230.405)	1.986	1.850.629	9.388.023

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.557/17 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

Notas Explicativas



O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência nível I	2.700.367	2.624.984
Capital Principal	2.589.477	2.515.851
– Patrimônio líquido (i)	4.165.499	4.067.124
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.576.022)	(1.551.273)
Capital complementar (ii)	110.890	109.133
– Letras financeiras subordinadas	110.890	109.133
Patrimônio de referência nível II (ii)	550.218	20.353
– Letras financeiras subordinadas	550.218	20.353
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	3.250.585	2.645.337
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	24.002.659	18.043.171
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	22.358.233	16.841.914
– Risco de mercado	81.495	102.150
– Risco operacional	1.562.931	1.099.107
Índice de basileia (a / b)	13,54%	14,66%
Capital nível I	11,25%	14,55%
– Capital principal	10,79%	13,94%
– Capital complementar	0,46%	0,61%
Capital nível II	2,29%	0,11%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela “IRRBB”	186.343	254.055
Índice de imobilização	38,48%	40,98%
Folga de imobilização	374.477	238.573

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e

(ii) Vide nota 17.

4.7 Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

Notas Explicativas



A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	2.309.682		2.309.682
Valor Justo por meio do Resultado		1.518.298	1.518.298
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		203.775	203.775
Ativo Total	2.309.682	1.722.073	4.031.755
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		52.361	52.361
Passivo Total		52.361	52.361

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.125.495		10.125.495
Valor Justo por meio do Resultado	1.599.131	40.973	1.640.104
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		394.715	394.715
Ativo Total	11.724.626	435.688	12.160.314
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		65.332	65.332
Passivo Total		65.332	65.332

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, Grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados no Nível 3.

Notas Explicativas

**4.8 Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo**

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Grupo são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Grupo, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Grupo não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

	31/12/2022					31/12/2021
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Operações de crédito	21.715.818	23.240.905		23.240.905		23.240.905
PASSIVO						
Depósitos de clientes	24.436.752	25.359.984		25.359.984		25.359.984
Obrigações por empréstimos e repasses	593.459	593.459		593.459		593.459
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	1.664.092	2.938.035		2.938.035		2.938.035
Letras financeiras subordinadas	670.025	659.228		659.228		659.228
Outros passivos financeiros	1.032.986	1.032.986		1.032.986		1.032.986
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	2.836.177	2.836.177		2.836.177		2.836.177
						1.536.250

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas pré-fixadas tiveram seus valores atualizados pelo valor justo. A definição da taxa de valor justo foi baseada na taxa média por produto utilizada em todas as operações realizadas em dezembro de 2022.
- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas ou indexadores flutuantes ou pós-fixados, tais como CDI, IGP-M, IPCA, Dólar e INPC, foram consideradas já mensuradas a valor justo, uma vez que já estão atreladas a indexador que reflete as oscilações do mercado.
- Para se determinar os valores de valor justo, foi obtido o fluxo de caixa futuro de cada operação na taxa efetiva do contrato e trazido a valor presente pela taxa de mercado, conforme determinado anteriormente, que já inclui o risco de crédito da contraparte.

Notas Explicativas

**4.9 Garantias de operações de crédito**

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente.

As operações de crédito que não são relativas a crédito consignado possuem as seguintes garantias conforme o produto:

31/12/2022				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	4.183.845	161.946	833.922	5.179.713
Nota Promissória		4.829	365.939	370.768
Cessão direitos creditórios		2.136.655		2.136.655
Penhor		270.940	21.364	292.304
Outros		533	344.207	344.740
TOTAL	4.183.845	2.574.903	1.565.432	8.324.180

31/12/2021				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	1.469.397	121.873	213.750	1.805.020
Nota Promissória		5.010	365.939	370.949
Cessão direitos creditórios		2.115.061		2.115.061
Penhor		287.830	64.323	352.153
Outros		1.272	277.713	278.985
TOTAL	1.469.397	2.531.046	921.725	4.922.168

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios e alterações societárias

Em 05 de março de 2021, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e Outras Avenças, celebrado pelo Banco Bmg, Banco Inter e Sócios Pessoas Físicas, com a interveniência e anuência da BMG Granito Soluções em Pagamento, estabelecido no memorando de entendimentos vinculante celebrado em 17 de novembro de 2020. A Operação se deu pela aquisição de 713.606 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo Bmg dos Sócios Pessoas Físicas, pelo preço total de R\$ 7,5 milhões e, conjuntamente com a subscrição e integralização, pelo Inter, de 8.568.767 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo preço de emissão total de R\$90. Como resultado da subscrição e integralização do Inter, o Banco Bmg registrou um resultado pela venda de participação em controlada de R\$30.871 no período findo em 31 de março de 2021, bem como baixa total do ágio no montante de R\$22.985 (nota 24 (c)). Com o fechamento da Operação, o Banco e o Banco Inter passaram a deter, cada um, 45% do capital social da Granito e os Sócios Pessoas Físicas, em conjunto, passaram a deter os 10% remanescentes do capital social.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimentos de participação acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding ("AF Controle S.A."). O montante aproximado envolvido na operação foi de R\$150.000, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000. Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, foi concluída a operação prevista no Acordo de Investimentos para aquisição acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda. (respectivamente, "Sociedades" e "Operação"). Com a conclusão da Operação, o Bmg adquiriu 50% do capital social da AF Controle S.A., holding que detém a

Notas Explicativas

participação societária nas Sociedades. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2022.

Em 30 de agosto de 2021 e 29 de outubro de 2021 foram efetivadas reduções de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. nos montantes de R\$100.000 e R\$200.000, respectivamente.

Conforme Comunicado ao Mercado no dia 20 de outubro de 2021, a CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros. Em julho de 2022, após homologação pelo Banco Central do Brasil, o BMG passou a deter, por meio da CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., 21,99% do capital social votante da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda..

Em 06 de maio de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da FRP Ieger Software Ltda. ("iCertus"), um software de gestão (ERP) para micro, pequenas e médias empresas. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

Em 20 de junho de 2022 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$50.000.

Em 30 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação da holding denominada "Bmg Seguradoras Ltda." A aquisição da totalidade das ações de emissão da MG Seguros, Vida e Previdência S.A. ("MG Seguros"), foi realizada pela Bmg Participações em Negócios Ltda, subsidiária do Bmg e pela Phoenix One Participações S.A., veículo de investimento detido pela Integra Participações S.A. O valor da negociação é de R\$18.000, na proporção de 60% Bmg Participações em Negócios e 40% pela Phoenix.

Em 25 de novembro de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e Raro Recrutamento em TI Ltda. celebraram um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da QGX Instituição de Pagamentos S.A. ("QGX") ("Operação"). A QGX é uma fintech que atua com BaaS (Banking as a Service) fornecendo estrutura digital completa e customizada para a operação de bancos digitais, além de realizar a intermediação e agenciamento de serviços e negócios relacionados ao Mercado Financeiro.

5. Disponibilidades

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	291.767	357.619
Aplicações no mercado aberto	329.223	49.998
Total	620.990	407.617

Notas Explicativas



6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades” e “Aplicações no mercado aberto”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada abaixo:

				31/12/2022
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			61.342	61.342
Operações de crédito			23.888.978	23.888.978
Devedores diversos			1.229.094	1.229.094
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)			(2.173.160)	(2.173.160)
Depósitos compulsórios no Banco Central			1.389.620	1.389.620
Aplicação em depósito interfinanceiro			46.322	46.322
Títulos e Valores Mobiliários	1.518.298	2.309.682	8.815.864	12.643.844
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		817.249		817.249
Letras do Tesouro Nacional – LTN (i)		1.854	1.110.515	1.112.369
Notas do Tesouro Nacional – NTN (i)	1.495.376		7.413.349	8.908.725
Certificado de recebíveis do agronegócio		30.150		30.150
Certificado de recebíveis imobiliários		64.336		64.336
Cotas de fundos de Investimento		263.427		263.427
Ações	22.922			22.922
Debêntures		1.123.008	292.000	1.415.008
Títulos no exterior		9.658		9.658
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	203.775			203.775
Total	1.722.073	2.309.682	33.258.060	37.289.815
Circulante	194.548	335.820	16.856.463	17.386.831
Não circulante	1.527.525	1.973.862	16.401.597	19.902.984

(i) Reclassificação de ativos financeiros (vide nota 2.7.1(a))

				31/12/2021
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			167.517	167.517
Operações de crédito			15.999.893	15.999.893
Devedores diversos			875.467	875.467
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)			(1.591.076)	(1.591.076)
Depósitos compulsórios no Banco Central			152.121	152.121
Aplicação em depósito interfinanceiro			38.894	38.894
Títulos e Valores Mobiliários	1.640.104	10.125.495	103.543	11.869.142
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.508.286		1.508.286
Letras do Tesouro Nacional - LTN		1.040.140		1.040.140
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.599.131	6.023.795		7.622.926
Certificado de recebíveis imobiliários		116.504		116.504
Cotas de fundos de Investimento	40.973			40.973
Certificado de depósito bancário			103.543	103.543
Debêntures		1.436.770		1.436.770
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	394.715			394.715
Total	2.034.819	10.125.495	15.746.359	27.906.673
Circulante	263.762	454.458	9.556.531	10.274.751
Não circulante	1.771.057	9.671.037	6.189.828	17.631.922

Notas Explicativas

**7. Instrumentos financeiros derivativos****(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo		Valor justo	
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Derivativo cambial	55.672	(52.361)	50.410	(14.144)
Derivativos de taxas de juros e índices	148.103		344.305	(51.188)
Total	203.775	(52.361)	394.715	(65.332)
Circulante	171.626	(48.872)	246.136	(64.623)
Não Circulante	32.149	(3.489)	148.579	(709)

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nacional) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	953.314	3.311	307.790	36.266
Derivativos de taxa de juros	51.740	1.689	1.102.132	33.850
Derivativos de índices	474.000	146.414	895.500	259.267
Total	1.479.054	151.414	2.305.422	329.383

(c) A composição dos valores de referência (nacional) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	284.302	49.307
De 31 a 180 dias	843.815	1.147.333
De 181 a 360 dias	174.328	606.557
Acima de 360 dias	176.609	502.225
Total	1.479.054	2.305.422

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros:

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	3.380		
Futuro de cupom de cambial (DDI)	1.249		12.069.209
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)			3.503.434
Futuro de milho (CCM)			40.424
Posição – 31/12/2022	4.629		15.613.067
Posição – 31/12/2021	62.828	(3.939)	10.795.614

Notas Explicativas



(d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge*

(i) *Hedge de Risco de Mercado*

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de hedge de Risco de Mercado, assim como os contratos de swap Dólar x DI designados como instrumento de hedge de Risco de Mercado. Em 31 de dezembro de 2022 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de hedge de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de hedge de Risco de Mercado.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do exercício, no montante de R\$49.936 (2021 – R\$52.579).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge. Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2022 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$2.500.

(ii) *Hedge de Fluxo de caixa*

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$8.055.045 (2021 – R\$1.533.324). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$30.703 (2021 – R\$14.052), líquido dos efeitos tributários.

(e) Gestão de instrumentos financeiros derivativos

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “VaR” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de “stress”, acompanhados pelo ALCO.

Notas Explicativas

**8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos**

Ao custo amortizado	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	61.342	167.517
Relações com correspondentes	1.119	12.367
Relações de interdependências	60.223	155.150
Operações de crédito líquido	21.715.818	14.408.817
Devedores diversos	1.229.094	875.467
Baixas sem financeiro (i)	570.683	485.838
Provisões aos valores não recuperáveis (i)	(26.364)	(46.461)
Valor a receber pela cessão de recebíveis	136.972	98.026
Outros	547.803	338.064
TOTAL	23.006.254	15.451.801
Circulante	13.361.757	9.269.656
Não Circulante	9.644.497	6.182.145

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito**(a) Composição**

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	23.888.978	15.999.893
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	(2.173.160)	(1.591.076)
Operações de crédito líquido	21.715.818	14.408.817
Circulante	12.071.321	8.226.672
Não Circulante	9.644.497	6.182.145

Notas Explicativas

**(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)**

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

	Saldo Inicial em 01/01/2022	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2022
Estágio 1			
CDC - Crédito Pessoal	12.234.274	6.525.146	18.759.420
Pessoas físicas	5.482	(3.774)	1.708
CDC - Veículos	9	(6)	3
Carteira Comercial	2.364.648	510.511	2.875.159
Total	14.604.413	7.031.877	21.636.290
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	553.204	384.074	937.278
Pessoas físicas	1.471	2.013	3.484
CDC - Veículos	10	2	12
Carteira Comercial	2.788	24.047	26.835
Total	557.473	410.136	967.609
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	807.768	365.878	1.173.646
Pessoas físicas	3.232	(2.295)	937
CDC - Veículos	60	(1)	59
Carteira Comercial	26.947	83.490	110.437
Total	838.007	447.072	1.285.079
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	13.595.246	7.275.098	20.870.344
Pessoas físicas	10.185	(4.056)	6.129
CDC - Veículos	79	(5)	74
Carteira Comercial	2.394.383	618.048	3.012.431
Total	15.999.893	7.889.085	23.888.978

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2021
CDC - Crédito Pessoal	10.945.135	1.289.139	12.234.274
Pessoas físicas	6.299	(817)	5.482
CDC - Veículos	35	(26)	9
Carteira Comercial	2.057.372	307.276	2.364.648
Total	13.008.841	1.595.572	14.604.413
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	332.676	220.528	553.204
Pessoas físicas	2.161	(690)	1.471
CDC - Veículos			10
Carteira Comercial	467	2.321	2.788
Total	335.304	222.169	557.473
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	706.700	101.068	807.768
Pessoas físicas	3.725	(493)	3.232
CDC - Veículos	84	(24)	60
Carteira Comercial	38.129	(11.182)	26.947
Total	748.638	89.369	838.007
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	11.984.511	1.610.735	13.595.246
Pessoas físicas	12.185	(2.000)	10.185
CDC - Veículos	119	(40)	79
Carteira Comercial	2.095.968	298.415	2.394.383
Total	14.092.783	1.907.110	15.999.893

Notas Explicativas



(c) Perda de crédito esperada

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2022	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2022
CDC - Crédito Pessoal	453.297	119.986	573.283
Pessoas físicas	243	(167)	76
CDC - Veículos	1	(1)	
Carteira Comercial	49.257	(20.820)	28.437
Total	502.798	98.998	601.796
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	302.463	163.461	465.924
Pessoas físicas	501	495	996
CDC - Veículos	2	2	4
Carteira Comercial	115	438	553
Total	303.081	164.396	467.477
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	768.473	303.545	1.072.018
Pessoas físicas	2.545	(1.815)	730
CDC - Veículos	55		55
Carteira Comercial	14.124	16.960	31.084
Total	785.197	318.690	1.103.887
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	1.524.233	586.992	2.111.225
Pessoas físicas	3.289	(1.487)	1.802
CDC - Veículos	58	1	59
Carteira Comercial	63.496	(3.422)	60.074
Total	1.591.076	582.084	2.173.160

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2021
CDC - Crédito Pessoal	391.648	61.649	453.297
Pessoas físicas	279	(36)	243
CDC - Veículos	2	(1)	1
Carteira Comercial	51.742	(2.485)	49.257
Total	443.671	59.127	502.798
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	183.801	118.662	302.463
Pessoas físicas	761	(260)	501
CDC - Veículos		2	2
Carteira Comercial	157	(42)	115
Total	184.719	118.362	303.081
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	638.735	129.738	768.473
Pessoas físicas	2.517	28	2.545
CDC - Veículos	81	(26)	55
Carteira Comercial	17.862	(3.738)	14.124
Total	659.195	126.002	785.197
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	1.214.184	310.049	1.524.233
Pessoas físicas	3.557	(268)	3.289
CDC - Veículos	83	(25)	58
Carteira Comercial	69.761	(6.265)	63.496
Total	1.287.585	303.491	1.591.076

Notas Explicativas



(d) Detalhes por setor de atividade

	31/12/2022	31/12/2021
Setor Privado:		
Indústria	380.799	145.778
Comércio	125.795	108.751
Intermediários financeiros	998.028	809.715
Outros serviços	1.167.241	962.246
Pessoas físicas	21.217.115	13.973.403
Total	23.888.978	15.999.893

Por prazo de vencimento

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	1.310.723	5,5%	881.540	5,5%
Vencidos há menos de 14 dias	68.869	0,3%	75.262	0,5%
A vencer:				
Até 30 dias	7.729.784	32,4%	5.088.475	31,8%
De 31 a 60 dias	969.209	4,1%	663.161	4,1%
De 61 a 90 dias	608.070	2,5%	493.534	3,1%
De 91 a 180 dias	1.321.010	5,5%	1.020.931	6,4%
De 181 a 360 dias	1.989.386	8,3%	1.400.369	8,8%
Acima de 360 dias	9.891.927	41,4%	6.376.621	39,9%
Total	23.888.978	100%	15.999.893	100%

(e) Movimentação da provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	1.591.076	1.287.585
Adição de provisão	1.554.191	1.096.102
Baixa de provisão	(972.107)	(792.611)
Saldo Total	2.173.160	1.591.076

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	TOTAL
Em 31/12/2021						
Custo	16.686	126.847	148.994	2.618	9.816	304.961
Depreciação acumulada	(12.975)	(104.370)	(97.807)	(984)	(6.529)	(222.665)
Saldo contábil, líquido	3.711	22.477	51.187	1.634	3.287	82.296
Em 31/12/2022						
Saldo inicial	3.711	22.477	51.187	1.634	3.287	82.296
Adições		3.814	12.332	919	3.234	20.299
Baixas		(29)	(4.042)	(182)	(550)	(4.803)
Depreciação		(8.165)	(9.492)	(215)	(1.370)	(19.242)
Custo	16.686	130.632	157.284	3.355	12.500	320.457
Depreciação acumulada	(12.975)	(112.535)	(107.299)	(1.199)	(7.899)	(241.907)
Saldo contábil, líquido	3.711	18.097	49.985	2.156	4.601	78.550

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado.

10. Intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	1.257.546	1.215.701
Ágio na aquisição de controlada (Adição/Baixa)		(14.265)
Outros Intangíveis (Adição/Baixa)	82.308	56.110
Saldo no final do período	1.339.854	1.257.546
	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de controlada	1.004.513	1.004.513
Outros Intangíveis	335.341	253.033
Saldo contábil, líquido	1.339.854	1.257.546

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BCV S.A. , foi apurado um ágio no montante de R\$995.585.

Em dezembro de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 4.10).

O ágio apurado na aquisição do Banco BCV S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 31/12/2022.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidade sensibilizadas de 3% a 5%.

Notas Explicativas

**11. Outros ativos**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas com operação de seguros	424.052	329.383
Prêmios de seguros a receber	473.987	283.986
Ativos de direito de uso	90.914	105.621
Outros ativos	248.611	104.881
Total	1.237.564	823.871
Circulante	974.510	569.680
Não Circulante	263.054	254.191

12. Passivos financeiros**Classificação por natureza e categoria**

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 31/12/2022 e 31/12/2021 está demonstrada abaixo:

			31/12/2022
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 15)		24.436.752	24.436.752
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		2.836.177	2.836.177
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		593.459	593.459
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16)		1.664.092	1.664.092
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		670.025	670.025
Outros passivos financeiros (nota 18)		1.032.986	1.032.986
Operações compromissadas		6.318.846	6.318.846
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	52.361		52.361
Total	52.361	37.552.337	37.604.698
Circulante	48.872	14.558.066	14.606.938
Não circulante	3.489	22.994.271	22.997.760

Notas Explicativas



31/12/2021

	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 15)		17.211.181	17.211.181
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		1.536.250	1.536.250
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		562.573	562.573
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16)		1.937.649	1.937.649
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		129.486	129.486
Outros passivos financeiros (nota 18)		721.885	721.885
Operações compromissadas		5.941.967	5.941.967
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	65.332		65.332
Total	65.332	28.040.991	28.106.323
Circulante	64.623	13.995.537	14.060.160
Não circulante	709	14.045.454	14.046.163

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	2.836.177	1.536.250
Total	2.836.177	1.536.250
Circulante	31.380	127.472
Não Circulante	2.804.797	1.408.778

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos a pagar – FGC (i)	575.387	516.609
Repasses País – Finame / Crédito Rural	18.072	45.964
Total	593.459	562.573
Circulante	18.072	45.964
Não Circulante	575.387	516.609

Prazos:

Até 30 dias	5.454	25.905
De 91 a 180 dias	12.618	20.059
Após 360 dias	575.387	516.609
Total	593.459	562.573

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

Notas Explicativas

**15. Depósito de clientes**

	31/12/2022	31/12/2021
Depósito à vista	450.652	256.186
Depósitos interfinanceiros	388.928	77.605
Depósito a prazo	23.597.172	16.877.390
Total	24.436.752	17.211.181
Circulante	6.580.633	5.796.474
Não Circulante	17.856.119	11.414.707

Prazos

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Em 31/12/2022							
Depósito à vista	450.652						450.652
Depósitos interfinanceiros	327.940		3.286	6.066	51.636		388.928
Depósito a prazo	675.842	197.986	384.915	1.661.395	2.820.915	17.856.119	23.597.172
Em 31/12/2021							
Depósito à vista	256.186						256.186
Depósitos interfinanceiros	5.688	2.575	20.370	3.085	38.340	7.547	77.605
Depósito a prazo	1.257.814	164.926	339.076	1.864.878	1.843.536	11.407.160	16.877.390

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras (i)	1.563.950	1.831.536
Letras de Crédito Agronegócio	94.911	95.653
Letras de Crédito Imobiliário	5.231	10.460
Total	1.664.092	1.937.649
Circulante	605.495	1.413.640
Não Circulante	1.058.597	524.009

Prazos

	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	19.813	9.912
De 31 a 60 dias	19.767	23.067
De 61 a 90 dias	13.168	58.768
De 91 a 180 dias	52.992	180.486
De 181 a 360 dias	499.755	1.141.407
Após 360 dias	1.058.597	524.009
Total	1.664.092	1.937.649

(i) Em novembro de 2022, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 27 de outubro de 2022, o Bmg concluiu sua 3ª emissão de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$220.100. Essa captação faz parte da estratégia do Banco de se estabelecer como um emissor recorrente no mercado institucional, tendo como benefício a ampliação da base de investidores e a redução do prêmio de risco.

Notas Explicativas

**17. Letras financeiras subordinadas**

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021
No País (i):						
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	R\$	124% do CDI	6.675	5.775
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	R\$	122% do CDI	15.617	13.542
				IPCA + 6,60% a 6,67%		
				126% a 130% da SELIC		
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	R\$		109.603	107.891
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	R\$	126% da SELIC	1.287	1.242
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	R\$	124% da SELIC	1.076	1.036
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	R\$	18,15% - Pré	136.376	
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	R\$	18,15% - Pré	136.379	
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	R\$	100% do CDI	263.012	
Total					670.025	129.486
Circulante					10.797	
Não Circulante					659.228	129.486

- (ii) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por *hedge* (vide nota 7 (c) (ii)).

18. Outros passivos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações sociais e estatutárias	177.078	218.640
Compromissos a pagar – Cartão	31.719	50.425
Cartão - Transações parceladas sem juros	443.853	225.113
Operações de arrendamento	86.596	103.634
Outros credores	293.740	124.073
Total	1.032.986	721.885
Circulante	992.843	665.020
Não Circulante	40.143	56.865

Notas Explicativas

**19. Provisões**

	Provisões tributárias e previdenciárias (i)	Provisões trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo no início do exercício – 2021	52.581	79.157	487.777	619.515
Constituição	14.488	22.778	470.045	507.311
(Reversão/Utilização)	(4.335)	(22.580)	(366.377)	(393.292)
Saldo no final do exercício – 2021	62.734	79.355	591.445	733.534
Constituição	121.070	23.966	435.072	580.108
(Reversão/Utilização)	(60.408)	(39.066)	(392.724)	(492.198)
Saldo no final do exercício – 2022	123.396	64.255	633.793	821.444

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações cíveis	Total
31/12/2022				
Provisões	123.396	64.255	633.793	821.444
Depósitos judiciais	(284.865)	(14.989)	(97.821)	(397.675)
31/12/2021				
Provisões	62.734	79.355	591.445	733.534
Depósitos judiciais	(226.727)	(25.742)	(113.215)	(365.684)

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Grupo, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências conforme segue:
a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Provisões – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

(i) Provisão para riscos fiscais - As causas judiciais equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$1.190.189 (31/12/2021 – R\$1.199.741), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos no Grupo são:

- g) CSLL – Lei nº 7.689/88 – R\$118.867 (2021 - R\$226.682):** decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei nº 7.689/88;
- h) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R\$436.578 (2021 – R\$386.277):** questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- i) IR e CS 2016 - R\$118.259 (2021 - R\$ 110.194):** Dedução fiscal de Perdas em Operações de créditos - Lei nº 9.430/96;
- j) PIS e COFINS – R\$164.115 (2021 - R\$102.106):** Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;
- k) INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$34.396 (2021 – R\$32.522):** questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- l) SAT – Lei nº 11.430/06 – R\$34.926 (2021 - R\$29.043):** discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as

Notas Explicativas

Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) Provisões Trabalhistas – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As causas judiciais têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2022, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota.

(iii) Provisões Cíveis - A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$937.286 (31/12/2021 – R\$737.095), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças.

20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos

O Grupo apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda (i)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (i)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	20,00%

(i) Vide nota 2.15

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os valores de compensação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo de imposto diferido:		
A ser recuperado em até 12 meses	1.079.842	602.159
A ser recuperado depois de 12 meses	2.038.433	2.366.011
Total de ativo de imposto diferido (i)	3.118.275	2.968.170
Passivo de imposto diferido:		
A ser liquidado em até 12 meses	205.510	105.680
Total de passivo de imposto diferido	205.510	105.680
Ativo de imposto diferido líquido	2.912.765	2.862.490

(i) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Notas Explicativas



	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários		
Sobre adições temporárias	2.660.645	2.230.527
Sobre prejuízos fiscais / base negativa	720.951	757.362
Contribuição social - MP 2.158/35	547	547
Ajuste valor de mercado no patrimônio	125.029	301.082
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de prática contábil entre BACEN GAAP e IFRS	(388.897)	(321.348)
Total de ativo de imposto diferido	3.118.275	2.968.170

Os créditos oriundos de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais / bases negativas foram registrados pelo Grupo.

O Grupo adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2022 esses saldos têm as seguintes características:

- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(a) A movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	547	2.230.527	757.362	301.082	(321.348)	2.968.170
Constituição		751.309	(287)		(67.549)	683.473
(Reversão/ Utilização)		(321.191)	(36.124)	(176.053)		(533.368)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	547	2.660.645	720.951	125.029	(388.897)	3.118.275

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	547	1.949.171	778.766	17.155	(378.595)	2.367.044
Constituição		654.495	(2.257)	301.082	57.247	1.010.567
(Reversão/ Utilização)		(373.139)	(19.148)	(17.155)		(409.442)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	547	2.230.527	757.362	301.082	(321.348)	2.968.170

Os efeitos decorrentes dos ajustes de prática contábil estão incluídos na coluna de "Outros".

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do IR/CS	(251.054)	(251.054)	(59.186)	(59.186)
Juros sobre capital próprio	(213.000)	(213.000)	(184.000)	(184.000)
Participações estatutárias	(64.547)	(64.547)	(70.270)	(70.270)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(17.612)	(17.612)	(108.677)	(108.677)
Equivalência patrimonial			(30.870)	(30.870)
Variação cambial de investimento no exterior			(9.787)	(9.787)
Inovação tecnológica - Lei 11.196/05 (ii)	(109.590)	(109.590)	(89.835)	(89.835)
Outros	(64.930)	(64.930)	(70.157)	(70.157)
Base de cálculo	(720.733)	(720.733)	(622.782)	(622.782)
Alíquota base	105.468	140.624	77.116	102.821
Alíquota adicional	70.312		51.410	
Despesa (Receita) com Imposto de Renda e Contribuição Social	175.780	140.624	128.526	102.821

- (i) Efeito da decisão do STF – Tema nº 962 – Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário; e

Notas Explicativas

(ii) Lei nº 11.196/2005, art.17, inciso I.

21. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações de operações de seguros	1.031.327	697.344
Provisão para pagamentos a efetuar	230.566	199.634
Credores diversos	563.424	553.274
Total – Circulante	1.825.317	1.450.252
Circulante	1.313.619	935.946
Não Circulante	511.698	514.306

Notas Explicativas



22. Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.572, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nesta mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em reunião realizada em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 8.242.120 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 18 de março de 2020. Em função do cancelamento das ações, o capital social do Banco permanece inalterado, passando a ser dividido em 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 183.225.057 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete) ações preferenciais.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 9.905.227 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e vinte e sete) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em comunicado ao mercado em 31 de março de 2022, o Banco anunciou encerramento do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de março de 2021, as ações recompradas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração baseada em ações a executivos e demais beneficiários de planos de incentivos de longo prazo do Banco.

Ações em tesouraria				
	Ações em tesouraria 31/12/2021	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Ações em tesouraria 31/12/2022
Quantidade	51.107	1.554.000	(1.402.575)	202.532
Saldo em milhares de reais	(254)	(5.144)	4.936	(462)

Notas Explicativas



Movimentação na quantidade ações		
	31/12/2021	31/12/2022
Ordinária	372.696.198	372.696.198
Preferencial	210.536.213	210.536.213
Saldo	583.232.411	583.232.411

Quantidade de ações em circulação (i)			
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2021	1.251.558	101.526.675	102.778.233
Variação em ações em tesouraria		(151.425)	(151.425)
Variação das ações detidas por controladores e administradores	21.237	(30.692)	(9.455)
			102.617.353
Em 31/12/2022	1.272.795	101.344.558	3

- (ii) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

(b) Outros Resultados Abrangentes

Em dezembro de 2022 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor positivo de R\$449.007 (31/12/2021 – negativo em R\$303.800). O saldo em 31/12/2022 é positivo em R\$152.813 (31/12/2021 – negativo em R\$296.194). Em dezembro de 2022 a variação refere-se principalmente reclassificação da marcação a mercado de Instrumentos Financeiros (vide nota 2.7.1 (a)) e do Hedge de Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de Lucros		
Legal	138.595	127.287
Incentivos fiscais	5.894	5.894
Estatutária	395.457	394.763
Total	539.946	527.944

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 31 de dezembro de 2022, os juros sobre o capital próprio totalizaram o montante de R\$213.000, dos quais R\$140.000, referentes aos nove primeiros meses de 2022, conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2022, foram creditados de forma individualizada aos acionistas dia 21 de outubro de 2022. O valor é equivalente a R\$ 0,240124915 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,204106178 por ação. O pagamento foi realizado em 16 de novembro de 2022.

Notas Explicativas



Conforme fato relevante divulgado em 15 de dezembro de 2022, os juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2022 totalizaram o montante de R\$73.000, e foram creditados de forma individualizada aos acionistas dia 22 de dezembro de 2022. O valor é equivalente a R\$ 0,125207991 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,106426792 por ação. O pagamento será realizado em 16 de fevereiro de 2023.

Adicionalmente, o Banco informou, em fato relevante divulgado em 24 de novembro de 2022, que a partir de 2023, deliberará trimestralmente sobre a declaração e o pagamento de juros sobre capital próprio. Os valores e datas serão aprovados em reuniões do Conselho de Administração e divulgados ao mercado até o final de cada trimestre.

(e) Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes referentes às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos exercícios.

23. Lucro por ação

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

Lucro por ação	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	60.342	169.662
Quantidade média ponderada de ações emitidas	583.018.284	583.232.411
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,1035	0,2909

24. Resultado

(a) Receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares

Apresentamos a seguir a composição das receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares:

	2022	2021
Receita de juros e rendimentos similares	6.317.400	4.671.884
Juros sobre operações de crédito	5.279.696	3.726.686
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	77.869	6.442
Juros de outros ativos financeiros	959.835	938.756
Despesa de juros e encargos similares	(3.699.905)	(1.881.423)
Captação no mercado	(1.481.164)	(417.109)
Empréstimos e repasses	(65.934)	(26.669)
Depósitos a prazo	(2.152.807)	(1.437.645)
Total	2.617.495	2.709.773

Notas Explicativas

**(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros**

	2022	2021
Resultado de ajuste de Swap/Termo/Opções	(130.311)	33.765
Resultado de operações com futuro	577.840	84.237
Marcação a mercado de outros ativos financeiros	77.869	(80.688)
Total	525.398	37.314

(c) Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários e encargos sociais	(355.004)	(281.199)
Benefícios	(131.922)	(135.453)
Treinamento	(2.207)	(2.187)
Depreciação e amortização (i)	(90.773)	(104.476)
Marketing	(142.804)	(146.958)
Promoções e relações públicas	(16.608)	(1.050)
Comunicações	(22.733)	(48.144)
Processamento de dados	(186.689)	(156.504)
Seguros	(6.663)	(7.283)
Serviços de terceiros	(158.545)	(128.695)
Serviços técnicos especializados	(309.699)	(281.213)
Materiais diversos	(2.745)	(3.515)
Taxas e emolumentos bancários	(23.048)	(18.925)
Transportes	(6.108)	(5.922)
Viagens	(15.065)	(9.603)
Despesa com operações de arrendamento	(30.335)	(33.336)
Outras despesas administrativas	(91.977)	(56.155)
Total	(1.592.925)	(1.420.618)

(i) Em dezembro de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 4.10).

(d) Despesas tributárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de despesas tributárias foi de R\$112.346 (2021 – R\$162.000). Este valor refere-se basicamente a despesas de PIS (Programa de Integração Social) no montante de R\$45.178 (2021 – R\$19.552) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$41.477 (2021 – R\$118.282).

Notas Explicativas

**(e) Outras receitas e despesas operacionais**

	2022	2021
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	24.122	21.709
Variação monetária e cambial (líquida)	14.861	26.205
Receita com operações de seguro	203.629	129.525
Ganho de Participação Societária (nota 28 (d))	39.860	39.860
Atualização de impostos a compensar	4.487	7.475
Participação sobre prêmios emitidos	61.805	3.000
Receitas com franquias	5.532	9.751
Outras	4.674	28.610
Total	358.970	266.135
	2022	2021
Outras despesas operacionais		
Despesas de cobranças	(12.732)	(15.636)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(102.216)	(93.898)
Despesas de provisões operacionais (i)	(580.074)	(554.502)
Outras	(225.461)	(194.434)
Total	(920.483)	(858.470)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(561.513)	(592.335)

(i) Na rubrica "Despesa de provisões operacionais" está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

25. Receitas de prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R\$181.494 (2021 – R\$95.848). Esse saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R\$45.838 (2021 – R\$14.999) e receita com intercâmbio de cartões R\$67.446 (2021 – R\$40.151).

26. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram calculados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco conforme demonstradas a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido BRGAAP	226.151	241.912
Constituição da reserva legal (5%)	(11.308)	(12.096)
Base de cálculo dos dividendos	214.843	229.816
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	53.711	57.454

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, ao final de cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

**27. Transações com partes relacionadas**

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação Interfinanceiras de liquidez				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	1.808.125	1.230.648	68.624	33.487
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros				
Cartões Consignados II	2.767.162	1.326.271	216.127	57.249
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	5.888	4.222		47
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	71.607	22.275	2.384	1.476
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	18.060	6.561		
Banco BCV S.A.	30.000	10.886		
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	25.527	10.179		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	629	313		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.	171	179		
Banco BCV S.A.	39.169	1.813		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.		71		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(410)	(192)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(2.806)	(123)		
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(21)	(925)		
Help Franchising	(617)	(1.309)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(1.105)	(5)		
ME Promotora de Vendas Ltda.	(2.615)	(2.857)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(22)	(333)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(40)	(192)		
Cmg Corretora De Seguros	(476)	(187)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(61.047)	(540)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(1.115.426)	(1.043.729)	(143.546)	(50.961)
Banco Cifra S.A.	(729.933)	(644.112)	(88.380)	(32.693)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(982.456)	(887.679)	(118.120)	(44.121)
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(7.560)	(9.529)	(997)	(489)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(2.718)	(6.608)	(446)	(416)
Help Franchising	(13.436)	(11.135)	(1.124)	(502)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(10.241)	(9.123)	(1.189)	(368)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(519.619)	(291.755)	(58.991)	(21.824)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(435)	(385)	(51)	(22)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(9.317)	(15.109)	(1.336)	(816)
Cmg Corretora De Seguros	(33.418)	(7.364)	(2.114)	(394)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(244.499)	(435.606)	(51.033)	(38.608)
Outras obrigações				
Banco BCV S.A.	(39.105)	(426)		
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(682)	(454)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(222)	(567)		

(b) Benefícios de curto prazo a administradores

	2022	2021
Remuneração	40.382	47.884
Contribuição INSS	9.086	10.774
Total	49.468	58.658

(c) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantado em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia “BMGB4”, como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis (“*Performance Shares Units*” ou “PSU”), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10/IFRS 2 “Pagamento Baseado em Ações” e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no exercício findo em dezembro de 2022 o montante de R\$4.936 a diretores e demais colaboradores elegíveis, líquido dos efeitos tributários.

(d) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante ao atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco Bmg estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo do Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

(e) Participação acionária

Os membros do conselho de administração e da diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Bmg:

2022		
Ações ordinárias e preferenciais	Quantidade	%
Conselho de Administração	150.329.456	25,8%
Diretoria	1.217.590	0,2%
Outros	431.685.365	74,0%
Total	583.232.411	100%

2021		
Ações ordinárias e preferenciais	Quantidade	%
Conselho de Administração	210.487.277	36,1%
Diretoria	388.577	0,1%
Outros	372.356.557	63,8%
Total	583.232.411	100%

28. Outras informações**(a) Compromissos e Garantias**

Os avais e fianças prestadas pelo Grupo a clientes montam R\$246.743 (2021 – R\$254.584) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

(b) Outras Informações**(i) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional**

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

Notas Explicativas



(ii) Impactos da pandemia decorrente da COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia da COVID-19, o Grupo está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Grupo adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O cenário de incertezas causado pela Pandemia COVID-19 trouxe aumento nas perdas esperadas, para o qual tem-se mantido monitoramento contínuo. Em resposta, o Grupo constituiu, no exercício de 2020, uma provisão adicional no valor de R\$20.000 no estágio 1. Esta provisão foi calculada com base na análise dos potenciais efeitos macroeconômicos e levaram em consideração não somente indicadores quantitativos e qualitativos, mas também a adequada e acurada identificação dos riscos e uma avaliação coletiva das exposições.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perene na originação dos produtos.

Para clientes, o Grupo estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Volta pra Mim Farmácia - no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta.

Para os colaboradores, com a comprovação do engajamento e da produtividade, o Banco adotou a prática do modelo híbrido de trabalho.

No âmbito social, o Grupo segue fazendo doações, para criação de estruturas exclusivas de combate ao vírus em hospitais e de cestas básicas para distribuição em comunidades carentes.

A rápida resposta e adaptação do Grupo diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

(c) Fatos relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro Bmg foi objeto de medida de busca e apreensão em Operação intitulada “Macchiato”, decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro que teriam sido alegadamente praticados por determinados executivos e colaboradores do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em conexão com, e anteriormente a essa investigação criminal, o Banco havia sido autuado pela Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores. Essas autuações foram, dentro dos prazos legais, defendidas e impugnadas administrativamente, com apoio de assessor jurídico especializado em causas tributárias, e aguarda decisão final dos órgãos competentes.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas aos fatos, dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O Comitê Especial concluiu a investigação analisando todos os dados e informações disponíveis no acervo do Banco, identificando os casos de pagamento a fornecedores mencionados na investigação policial. Resumidamente, os achados indicaram oportunidades de melhorias de controles internos, designação de alçadas, bem como lacunas na gestão de fornecedores, que impossibilitaram o pronto conhecimento dos fatos à época de sua ocorrência.

Não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro

Notas Explicativas



Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras ou divulgações em notas explicativas. O Banco continua acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão.

Após as conclusões dos trabalhos de investigação, o Comitê Especial apresentou os resultados ao assessor jurídico tributário contratado para defesa dos autos de infração e este confirmou opinião, considerando as infrações autuadas, quanto à classificação como Risco Possível e, as quais estão divulgadas na Nota 19(i)(b).

Desde o início das investigações, o Banco tem adotado uma série de medidas visando o aprimoramento dos controles internos.

(d) Ganho de capital na alienação de investimentos

Em dezembro de 2022, refere-se, basicamente, a parcela variável referente a venda das cotas da CMG Corretora de Seguros Ltda. no montante de R\$39.860, em dezembro de 2021, refere-se, basicamente, ao resultado pela venda de participação em controlada no montante de R\$30.871, gerado em função da subscrição e integralização pelo Banco Inter na Granito.

(e) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

As demonstrações financeiras individuais do Banco Bmg S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) diferentemente das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"). Em atendimento a Resolução CMN nº 4.818/20, destacamos que a principal diferença entre o Lucro Líquido Individual e Consolidado decorre da adoção do modelo de cálculo de perda incorrida (Individual) para perda esperada (Consolidado). Com relação ao Patrimônio Líquido informamos que as principais diferenças entre o Patrimônio Líquido Individual e Consolidado decorrem, adicionalmente à diferença do modelo de cálculo de perda, pela reversão das amortizações dos ágios realizados nas demonstrações financeiras individuais e pela alteração no modelo de classificação e mensuração dos ativos financeiros.

Notas Explicativas

**ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado a seguir não é exigida pelas normas em IFRS, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das demonstrações financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com as normas em IFRS.

	2022	2021
1 – Receitas	6.055.854	4.260.532
Intermediação financeira	6.842.798	4.709.198
Prestação de serviços	181.494	95.848
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.554.191)	(1.096.102)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	184.274	204.142
Outras receitas operacionais	358.970	266.135
Não operacionais	42.509	81.311
2 – Despesas	4.625.385	2.756.107
Despesas da intermediação financeira	3.699.905	1.881.423
Outras despesas operacionais	920.483	858.470
Não operacionais	4.997	16.214
3 – Insumos adquiridos de terceiros	982.684	863.967
Materiais, energia e outros	116.450	76.556
Serviços de terceiros	158.545	128.695
Outros	707.689	658.716
Comunicação	22.733	48.144
Propaganda, promoções e publicidade	159.412	148.008
Processamento de dados	186.689	156.504
Serviços técnicos especializados	309.699	281.213
Taxas e emolumentos bancários	23.048	18.925
Transporte	6.108	5.922
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	447.785	640.458
5 – Depreciação e amortização	90.773	104.476
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	357.012	535.982
7 – Valor adicionado recebido em transferência	23.748	19.007
Resultado de equivalência patrimonial	23.748	19.007
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	380.760	554.989
9 – Distribuição do valor adicionado	380.760	554.989
9.1 Pessoal	489.133	418.839
Remuneração direta	255.118	204.363
Benefícios	134.129	137.640
Encargos Sociais	99.886	76.836
9.2 Impostos, contribuições e taxas	(204.058)	(69.347)
Federais	(215.683)	(80.230)
Estaduais	694	2.505
Municipais	10.931	8.378
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	30.335	33.336
Operações de arrendamento	30.335	33.336
9.4 Remuneração de capitais próprios	65.350	172.161
Lucros retidos do exercício	60.342	169.662
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	5.008	2.499

Notas Explicativas



* * *

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Finanças, Riscos e Compliance)

Paulo Augusto de Andrade
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezuino Teodoro Silvestre
CRC - 1SP183479/O-1
(Contador Responsável)

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



GUIDANCE

Projeções 2022

Abaixo acompanhamento do guidance em comparação ao realizado do exercício de 2022:

R\$ Milhões	Projeções 2022	Realizado 2022
Crescimento da carteira de crédito total	17% ↔ 21%	49%
Margem financeira ¹	4.285 ↔ 4.585	3.946
Custo de crédito – despesa de PDD líquida	(855) ↔ (955)	(1.046)
Custo de crédito – comissões	(880) ↔ (980)	(828)
Despesas não decorrentes de juros ²	(2.250) ↔ (2.350)	(2.087)
↳ Provisão operacional ³	(475) ↔ (545)	(483)
Resultado das investidas	70 ↔ 90	95
Alíquota efetiva de IR/CSLL ^{4,5}	7% ↔ 17%	n/a ⁶

O cenário base para cada uma das linhas é o centro da faixa. Valores do Realizado de 2021 e das Projeções de 2022 com base na DRE Gerencial. | 1. Produto bancário: Inclui receita de operações de crédito e TVM + despesas de captação e derivativos + receita de prestação de serviços | 2. Inclui despesa de pessoal + administrativa + tributária + operacional líquida | 3. Inclui provisões com ações cíveis massificado, cível estratégico, trabalhista e fiscal | 4. Metodologia de cálculo: Imposto de renda + contribuição social + ativo fiscal diferido / Resultado antes da tributação sobre o lucro + participações no lucro. | 5. Está sendo considerada uma expectativa de receita de imposto e contribuição social. | 6. O indicador de alíquota efetiva de IR/CSLL não é aplicável para o ano de 2022, sendo que o percentual observado foi de 1428%.

Projeções 2023

A administração optou por descontinuar as Perspectivas 2023 divulgadas ao mercado em Fato Relevante no dia 30 de março de 2021 e reafirmadas dia 17 de fevereiro de 2022 devido às incertezas no cenário macroeconômico.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Banco Bmg S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperada (impairment) sobre operações de crédito (Notas explicativas 2.9, 6 e 8)

O saldo de operações de crédito do Banco e suas controladas é composto principalmente por operações de varejo e atacado. A provisão para perda esperada, considera os requerimentos da IFRS 9 e foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e a realização das garantias. Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para análise e avaliação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de impairment, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.

Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios, conforme requisitos da IFRS 9, e análise das divulgações realizadas pela administração em atendimento aos requisitos da IFRS9.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas esperadas, requerida pela IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Reconhecimento de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social (Notas explicativas 2.15, 3(c) e 20)

O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido com base nas alíquotas promulgadas ou substancialmente promulgadas para quanto o referido crédito for realizado e na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração.

Esse assunto permanece uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário

poderia modificar significativamente a estimativa para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos das IFRS relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários e seu registro nos termos das normas contábeis.

Atualizamos nosso entendimento, realizado em conjunto com nossos especialistas internos, sobre as principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas.

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores combinado com o cenário atual.

Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas.

Constatamos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Provisões e passivos contingentes (Notas explicativas 2.14, 3(b) e 19)

O Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias.

Os processos judiciais de natureza trabalhista e tributária estão sob a tutela de advogados externos especializados tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, quanto na apuração dos valores relacionados a provável saída de recursos. Os processos cíveis, muito embora contem com o suporte externo de advogados especializados, são provisionados com base em metodologia prevista em políticas internas que considera os valores médios de desembolso.

O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial.

Esse assunto permanece uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída. Nossos procedimentos de auditoria consideraram a atualização de nosso entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro da provisões e processos, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados.

Efetuamos também, em base de testes, procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto ao andamento dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência entre as bases de dados do Banco e suas controladas e dos advogados.

Analisamos a coerência do prognóstico de perda das causas tributárias mais significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.

Análise do valor recuperável - ágio (Notas explicativas 2.11, 3(d) e 10)

Os ágios registrados no ativo intangível do Banco são provenientes de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores.

A IAS 36 estabelece que o ágio apurado em combinação de negócios deve ser objeto de teste quanto ao seu valor recuperável ("impairment") no mínimo anualmente.

Para a realização do teste de valor recuperável, a administração considera em seus estudos e projeções premissas de natureza subjetiva que são por ela mesma estabelecidas.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas no teste de valor recuperável poderia modificar significativamente o valor de avaliação do valor recuperável dos ágios constituídos.

Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes estabelecidos pela administração, relacionados ao teste do valor recuperável do ágio.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nosso entendimento das premissas adotadas pela administração.

Efetuamos, entre outros procedimentos, análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo relacionado ao teste do valor recuperável dos ágios, bem como realizamos a análise de coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções apuradas pela administração.

Realizamos reuniões com a alta administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração dos orçamentos e suas aprovações, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior e são consistentes em relação a manutenção do valor recuperável do ágio.

Ambiente de tecnologia de informação

O elevado volume de operações diárias realizadas pelo Banco requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações.

Dessa forma, a não adequação da tecnologia da informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como, paradas operacionais.

Considerando os aspectos acima, o ambiente de tecnologia da informação permanece uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria consideram a atualização de nosso entendimento sobre o ambiente de Tecnologia de Informação que suportam as demonstrações financeiras.

Analisamos os principais controles gerais do ambiente de tecnologia da informação relacionados às informações financeiras que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas.

Adicionalmente, testamos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Fatos Relevantes (Nota explicativa 28(c))

No terceiro trimestre de 2020, o Grupo Financeiro Bmg foi objeto de medida de busca e apreensão em operação intitulada "Macchiato", decorrência dos desdobramentos da Operação "Descarte". O Conselho de Administração constituiu um "Comitê Especial" para investigação dos fatos. Para apoio ao Comitê Especial, foram contratados escritório advocatício especializado em investigações corporativas e empresa especializada em auditoria forense. Como resultado da investigação, não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à investigação, elementos corroborativos dos supostos ilícitos investigados pelas autoridades.

Todavia, as investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 ou divulgações em notas explicativas.

Esse assunto permanece como um principal assunto de auditoria do exercício em razão dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza.

Com o apoio de nossos especialistas forenses internos, quando da apuração dos fatos aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (a) Discussões sobre as alegações, escopo da investigação e apurações feitas com o Comitê de Especial e com os órgãos de governança;
- (b) Discussão dos procedimentos adotados e acompanhamento das principais ações investigativas;
- (c) Testes, com base em amostragem, de evidências/informações levantadas no processo de investigação;
- (d) Leitura de pareceres de advogados sobre implicações tributárias e criminais ao Banco.

Atualizamos nosso entendimento em relação ao estágio atual dos assuntos que foram analisados pelo comitê especial e obtivemos confirmações atualizadas sobre os pareceres de advogados sobre implicações tributárias e criminais ao Banco.

Consideramos que as divulgações em relação a esse assunto, estão consistentes com as informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Banco Bmg S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bmg S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas ("Conglomerado Financeiro"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bmg S.A. e do Banco Bmg S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - (Notas explicativas 2.2.(g) e 8)

O saldo de operações de crédito do Banco e suas controladas é composto principalmente por operações de varejo e atacado. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN no. 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para definição do risco de crédito das contrapartes das operações.

O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa incorreta da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como pelos aspectos subjetivos associados ao risco de crédito, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos incluíram, entre outros, atualização do entendimento e testes sobre os controles internos relevantes para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos também testes sobre transações relacionados a: (i) aderência das principais premissas adotadas pela administração com as normas do Banco Central do Brasil; (ii) integridade das bases de dados utilizadas; (iii) análise da aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Também analisamos a coerência das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Reconhecimento do crédito tributário de imposto de renda e contribuição social (Notas explicativas 2.2.(p), 9 e 25)

O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração que foram aplicadas nas projeções para os próximos 10 anos.

Esse assunto permanece uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos do Banco Central do Brasil relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil.

Em conjunto com nossos especialistas, efetuamos análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas.

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores.

Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas.

Constatamos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Provisões e passivos contingentes (Notas explicativas 2.2.(r) e 18)

O Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhista, cível e tributária.

Os processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cíveis estratégicos, estão sob a tutela de advogados externos especializados, tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, bem como na determinação dos valores relacionados a provável saída de recursos. Os processos cíveis massificados, muito embora contem com o suporte externo de advogados especializados, são provisionados com base em metodologia prevista em políticas contábeis internas que considera os valores médios de desembolso.

O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial.

Esse assunto permanece uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída. Nossos procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro da provisão para processos judiciais, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados.

Efetuamos também procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto ao andamento dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência entre as bases do Banco e suas controladas e dos advogados.

Analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas tributárias significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.

Ambiente de tecnologia de informação

A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas. O elevado volume de

operações diárias realizadas pelo Banco e suas controladas requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações.

Dessa forma, a não adequação da tecnologia da informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como, incidentes operacionais.

Considerando os aspectos acima, o ambiente de tecnologia da informação permanece uma área de foco de nossa de auditoria. Atualizamos nosso entendimento quanto ao ambiente de tecnologia de informação e realizamos testes nos controles gerais correspondentes que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas.

Adicionalmente, testamos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco e suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Fatos Relevantes (Nota explicativa 28.d)

O Banco e suas controladas foram objeto de medida de busca e apreensão ao final de 2020, em operação intitulada "Macchiato", decorrência dos desdobramentos da Operação "Descarte". O Conselho de Administração constituiu um "Comitê Especial" para investigação dos fatos. Para apoio ao Comitê Especial, foram contratados escritório advocatício especializado em investigações corporativas e empresa especializada em auditoria forense. Como resultado da investigação, não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à investigação, elementos corroborativos dos supostos ilícitos investigados pelas autoridades.

Todavia, as investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 ou divulgações adicionais em notas explicativas.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza. Com o apoio de nossos especialistas forenses internos, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (a) Discussões sobre as alegações, escopo da investigação e apurações feitas com o Comitê de Especial e com os órgãos de governança;
- (b) Discussão dos procedimentos adotados e acompanhamento das principais ações investigativas;
- (c) Testes, com base em amostragem, de evidências/informações levantadas no processo de investigação;
- (d) Obtenção e leitura de pareceres atualizados de advogados sobre implicações tributárias e criminais ao Banco e suas controladas.

Consideramos que as divulgações em relação a esse assunto, estão consistentes com as informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes demonstrações individuais referentes ao semestre findo nessa mesma data, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e do exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Contador
Edison Arisa Pereira
CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o parecer sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no exercício.

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no exercício.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador
Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro
Flávio de Sousa Franco
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Bmg

O Comitê de Auditoria, na forma da Resolução 4.910/21, editada pelo Banco Central do Brasil, e do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e as políticas da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações colhidas junto à administração, nas fontes acima citadas e nas suas próprias análises e observações.

Atividades Exercidas no Período:

O Comitê de Auditoria realizou, no segundo semestre de 2022, 06 (seis) reuniões ordinárias, todas previstas no seu plano de trabalho. Adicionalmente, foram realizadas 03 (três) reuniões neste primeiro semestre de 2023 para avaliação final das demonstrações contábeis da data-base de 31/12/2022, dentre outros assuntos, tendo sido a última em conjunto com o Conselho de Administração, nesta data. Contamos sempre com a presença de dois conselheiros, também membros do Comitê de Auditoria, assim como da Sra. CEO da Instituição e do Sr. Diretor de Auditoria Interna.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos:

No segundo semestre de 2022 o BMG continuou aprimorando e atualizando as suas normas e procedimentos e fortalecimento do processo de Governança Corporativa. O Comitê acompanhou os trabalhos das áreas contábil, de gerenciamento de riscos e de capital, de Controles Internos e Compliance, do atendimento às demandas do Banco Central do Brasil, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna e da Ouvidoria, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes, assim como das contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, além dos rankings de reclamações divulgados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê de Auditoria, com base nesse conjunto de informações e em suas próprias averiguações e reuniões, avalia como efetivos os Controles Internos do BMG, entendendo que os esforços empreendidos nos últimos semestres e os em andamento vêm contribuindo, efetivamente, para fortalecer o processo de governança, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

Auditoria Interna:

O Comitê de Auditoria, além de discutir e aprovar a formulação dos planos de trabalho da área, recebeu todos os relatórios dos trabalhos realizados, com monitoramento da implementação de planos de ação recomendados, manteve reuniões com a área e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o seu nível de independência, além do atendimento aos princípios de diligência, integridade e ética profissional. Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios da Organização BANCO BMG S.A. e suas Controladas.

Auditoria Externa:

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, devendo certificar que elas representem de forma adequada, nos seus aspectos relevantes, a sua efetiva situação econômica e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê discutiu com os auditores externos o planejamento dos seus trabalhos e as suas principais conclusões, considerando-os adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Ouvidoria:

O Comitê de Auditoria acompanha os trabalhos da Ouvidoria em consonância com a regulamentação vigente. O Comitê entende que o BMG vem envidando constantes esforços no sentido de manter estrutura da Ouvidoria adequada ao porte e complexidade de suas operações e ao nível de demanda dos seus clientes.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data-base de 31/12/2022, tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo BMG na elaboração das demonstrações financeiras, estando as mesmas alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, adequadamente, a situação econômica e financeira da Instituição.

Conclusões:

O Comitê de Auditoria não recebeu, neste período, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Instituição que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a integridade de suas demonstrações financeiras. Tomou conhecimento do tratamento interno que vem sendo dado em função dos fatos relevantes divulgados em outubro e novembro/20, decorrentes da operação intitulada "Macchiato", desdobramento da operação "Descarte", em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal de São Paulo, relativamente ao período de 2014 a 2016, cujas providências vêm sendo tempestivamente tomadas pelos Órgãos da Administração.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BMG relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Dorival Dourado Jr
Manuela Vaz Artigas
Paulo Augusto de Andrade (Presidente e Membro Especialista)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Diretores

Carlos Andre Hermesindo da Silva

Flávio Pentagna Guimarães Neto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Diretores
Carlos Andre Hermesindo da Silva
Flávio Pentagna Guimarães Neto